

0. Edital Pregão SRP 90021.2026	2
1. Termo_de_Referência	18
2. ANEXO I - Qtd Memória de Cálculo, Regiões e Itens	31
3. ANEXO II Descricao Detalhada_EPI_E_ITENS	35
4. ANEXO III - Locais_de_Entrega	37
5. ANEXO IV - Cronograma_de_Prazos	38
6. ANEXO V- Modelo de Proposta de Preços	39
7. ANEXO VI - Declaração de Conhecimento das Condições do Certame	41
8. ANEXO VII - Declaração de Responsabilidade Social	42
9. ANEXO VIII - Declaração de Idoneidade	43
10. ANEXO IX- Declaração Geral	44
11. ANEXO X - Minuta da Ata de Registro de Preços	46
11. ANEXO X - Minuta do Contrato	49

EDITAL

Processo nº AGSUS.004410/2025-96

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90021/2026**PROCESSO Nº AGSUS.004410/2025-96****EDITAL****PREÂMBULO**

A Agência de Apoio à Gestão do Sistema Único de Saúde - AgSUS, mediante sua Comissão de Seleção, torna pública, para conhecimento dos interessados, a realização REGISTRO DE PREÇOS, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, com modo de disputa ABERTO, com critério de julgamento de MENOR PREÇO POR GRUPO (nos casos de grupo), na forma de Execução Indireta, regido pelo Regulamento de Compras e Contratações da AgSUS e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie. A sessão pública desta Licitação Eletrônica será realizada com a utilização de chave de acesso e senha, no endereço eletrônico, na data e horário abaixo discriminados:

DADOS GERAIS	
OBJETO: Registro de Preços para a eventual contratação de empresas especializadas no fornecimento de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), em âmbito nacional, organizados em 14 (quatorze) Grupos Regionais , destinados aos profissionais da Agência Brasileira de Apoio ao SUS - AgSUS, conforme especificações e quantitativos descritos nos Anexos deste Edital.	
INÍCIO DO ACOLHIMENTO DE PROPOSTAS: 21/05/2026.	
LIMITE ACOLHIMENTO DE PROPOSTAS: 02/06/2026, às 09h59 (horário de Brasília)	
ABERTURA DAS PROPOSTAS: 02/06/2026, às 10h (horário de Brasília)	
DATA E HORA DA DISPUTA: 02/06/2026, às 10h05 (horário de Brasília)	
SISTEMA ELETRÔNICO UTILIZADO: www.gov.br/compras	
FONE: (61) 99981-0989	E-MAIL: aquisicoes@agenciasus.org.br

Observação: Na hipótese de não haver expediente na data fixada, ficará a sessão adiada para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, salvo as disposições em contrário.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto é o Registro de Preços para a eventual contratação de empresas especializadas no fornecimento de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), em âmbito nacional, organizados em **14 (quatorze) Grupos Regionais**, destinados aos profissionais da Agência Brasileira de Apoio ao SUS - AgSUS, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento convocatório e especificações do Termo de Referência, e demais Anexos deste Edital.

1.2. Visando a maximização da competitividade e a chance de obtenção de propostas mais vantajosas para a

Agência, os itens objeto deste Edital encontram-se organizados em grupos, elaborados de acordo com a finalidade e/ou procedência dos mesmos.

1.3. O licitante poderá participar de quantos grupos desejar, sendo obrigatório apresentar proposta para todos os itens que compõem cada grupo do qual optar por participar. Para fins de detalhamento técnico e precisão do item, exclusivamente o disposto no Anexo II do Termo de Referência, prevalecendo este sobre a descrição constante no CATMAT registrado no sistema, bem como considerar a localidade de entrega constante no Anexo III e Cronograma de Prazos no anexo IV.

1.4. Para fins de participação e apresentação de proposta, a presente contratação encontra-se organizada conforme tabelas a seguir:

GRUPO 1 (Norte - AM/RO) (Alto Rio Negro, Médio Rio Solimões, Manaus e Vale do Javari)						
Item	EPI	CATMAT	Unid. Med	Total	Valor unitário	Valor Total
1	Avental PVC	621.679	Unid.	12.750	35,00	446.250,00
2	Bone tipo Árabe	415.527	Unid.	4.253	32,00	136.096,00
3	Bota de PVC	459.894	Par	8.499	90,00	764.910,00
4	Bota de Segurança	627.358	Par	152	230,00	34.960,00
5	Bota de segurança Eletricista	431.868	Par	33	170,00	5.610,00
6	Bota Florestal	622.700	Par	4.135	670,00	2.770.450,00
7	Botina - tipo B	607.259	Par	8.388	200,00	1.677.600,00
8	Calça Motosserra	349.482	Par	12	402,50	4.830,00
9	Calçado de Segurança	602.214	Par	3.861	130,00	501.930,00
10	Camisa Eletricista Calça Eletricista	418.455	Unid.	33	460,00	15.180,00
11	Capa de chuva	626.909	Unid.	8.299	42,00	348.558,00
12	Capacete de Segurança	321.796	Unid.	152	145,73	22.150,96
13	Capacete de Segurança Eletricista	322.303	Unid.	33	96,20	3.174,60
14	Cinto de Segurança para Trabalho em altura com cinta lombar	430.352	Unid.	93	565,00	52.545,00
15	Luva de cobertura de Vaqueta	619.370	Par	19	52,00	988,00
16	Luva de nitrílica	399.972	Par	26.303	17,50	460.302,50
17	Luva de Vaqueta	603.259	Par	880	25,60	22.528,00
18	Luva Isolante Classe 2	422.452	Par	19	1.050,00	19.950,00
19	Luva pigmentada	280.827	Par	812	3,99	3.239,88
20	Macacão de PVC Hidrorepelente	230.744	Unid.	12.750	182,54	2.327.385,00
21	Óculos de Proteção sobreposição	618.293	Unid.	8.299	14,87	123.406,13
22	Perneira	618.364	Par	6.266	39,50	247.507,00
23	Protetor Auricular Concha	384.283	Unid.	4.253	145,26	617.790,78
24	Protetor Auricular tipo plug	618.290	Unid.	1.716	4,00	6.864,00
25	Respirador Semi-Facial PFF2	486.885	Unid.	99.198	2,60	257.914,80
26	Vestimenta tipo blusão	320.633	Unid.	12	439,74	5.276,88
SUBTOTAL ESTIMADO GRUPO 1				211.220	10.877.397,53	

GRUPO 2 (Norte - AM/RO) (Médio Rio Purus, Parintins, Porto Velho, Rio Juruá, Alto Rio Purus e Vilhena)						
Item	EPI	CATMAT	Unid. Med	Total	Valor unitário	Valor Total
27	Avental PVC	621.679	Unid.	10.751	35,00	376.285,00
28	Bone tipo Árabe	415.527	Unid.	3.587	32,00	114.784,00
29	Bota de PVC	459.894	Par	7.167	90,00	645.030,00
30	Bota de Segurança	627.358	Par	69	230,00	15.870,00
31	Bota de segurança Eletricista	431.868	Par	32	170,00	5.440,00
32	Bota Florestal	622.700	Par	3.229	670,00	2.163.430,00
33	Botina - tipo B	607.259	Par	6.816	200,00	1.363.200,00
34	Calçado de Segurança	602.214	Par	2.879	130,00	374.270,00
35	Camisa Eletricista Calça Eletricista	418.455	Unid.	32	460,00	14.720,00
36	Capa de chuva	626.909	Unid.	6.567	42,00	275.814,00
37	Capacete de Segurança	321.796	Unid.	69	145,73	10.055,37
38	Capacete de Segurança Eletricista	322.303	Unid.	32	96,20	3.078,40
39	Cinto de Segurança para Trabalho em altura	430.352	Unid.	55	565,00	31.075,00
40	Luva de cobertura de Vaqueta	619.370	Par	18	52,00	936,00
41	Luva de nitrílica	399.972	Par	21.884	17,50	382.970,00
42	Luva de Vaqueta	603.259	Par	391	25,60	10.009,60

43	Luva Isolante Classe 2	422.452	Par	18	1.050,00	18.900,00
44	Luva pigmentada	280.827	Par	391	3,99	1.560,09
45	Macacão de PVC Hidrorepelente	230.744	Unid.	10.751	182,54	1.962.487,54
46	Óculos de Proteção sobreposição	618.293	Unid.	6.567	14,87	97.651,29
47	Perneira	618.364	Par	5.027	39,50	198.566,50
48	Protetor Auricular Concha	384.283	Unid.	3.587	145,26	521.047,62
49	Protetor Auricular tipo plug	618.290	Unid.	1.901	4,00	7.604,00
50	Respirador Semi-Facial PFF2	486.885	Unid.	78.332	2,60	203.663,20
SUBTOTAL ESTIMADO GRUPO 2				170.152	8.798.447,61	

GRUPO 3 (Norte - PA/AP) (Amapá e Norte do Pará, Guamá-Tocantins, Kaiapó do Pará, Rio Tapajós)						
Item	EPI	CATMAT	Unid. Med	Total	Valor unitário	Valor Total
51	Avental PVC	621.679	Unid.	6.793	35,00	237.755,00
52	Bone tipo Árabe	415.527	Unid.	2.267	32,00	72.544,00
53	Bota de PVC	459.894	Par	4.530	90,00	407.700,00
54	Bota de Segurança	627.358	Par	63	230,00	14.490,00
55	Bota de segurança Eletricista	431.868	Par	21	170,00	3.570,00
56	Bota Florestal	622.700	Par	3.227	670,00	2.162.090,00
57	Botina - tipo B	607.259	Par	5.494	200,00	1.098.800,00
58	Calçado de Segurança	602.214	Par	3.056	130,00	397.280,00
59	Camisa Eletricista Calça Eletricista	418.455	Unid.	21	460,00	9.660,00
60	Capa de chuva	626.909	Unid.	5.407	42,00	227.094,00
61	Capacete de Segurança	321.796	Unid.	63	145,73	9.180,99
62	Capacete de Segurança Eletricista	322.303	Unid.	21	96,20	2.020,20
63	Cinto de Segurança para Trabalho em altura	430.352	Unid.	46	565,00	25.990,00
64	Luva de cobertura de Vaqueta	619.370	Par	11	52,00	572,00
65	Luva de nitrílica	399.972	Par	13.936	17,50	243.880,00
66	Luva de Vaqueta	603.259	Par	357	25,60	9.139,20
67	Luva Isolante Classe 2	422.452	Par	11	1.050,00	11.550,00
68	Luva pigmentada	280.827	Par	357	3,99	1.424,43
69	Macacão de PVC Hidrorepelente	230.744	Unid.	6.793	182,54	1.239.994,22
70	Óculos de Proteção sobreposição	618.293	Unid.	5.407	14,87	80.402,09
71	Perneira	618.364	Par	4.364	39,50	172.378,00
72	Protetor Auricular Concha	384.283	Unid.	2.267	145,26	329.304,42
73	Protetor Auricular tipo plug	618.290	Unid.	1.884	4,00	7.536,00
74	Respirador Semi-Facial PFF2	486.885	Unid.	64.491	2,60	167.676,60
SUBTOTAL ESTIMADO GRUPO 3				130.887	6.932.031,15	

GRUPO 4 (Norte - RR) (Leste Roraima, Pacaraíma, Yanomami Ye'Kuana, Emergencial Yanoma-PEY)						
Item	EPI	CATMAT	Unid. Med	Total	Valor unitário	Valor Total
75	Avental PVC	621.679	Unid.	11.192	35,00	391.720,00
76	Bone tipo Árabe	415.527	Par	3.656	32,00	116.992,00
77	Bota de PVC	459.894	Par	7.310	90,00	657.900,00
78	Bota de Segurança	627.358	Par	378	230,00	86.940,00
79	Bota de segurança Eletricista	431.868	Par	72	170,00	12.240,00
80	Bota Florestal	622.700	Par	3.948	670,00	2.645.160,00
81	Botina - tipo B	607.259	Par	7.804	200,00	1.560.800,00
82	Calçado de Segurança	602.214	Par	3.998	130,00	519.740,00
83	Camisa Eletricista Calça Eletricista	418.455	Unid.	72	460,00	33.120,00
84	Capa de chuva	626.909	Unid.	8.104	42,00	340.368,00
85	Capacete de Segurança	321.796	Unid.	288	145,73	41.970,24
86	Capacete de Segurança Eletricista	322.303	Unid.	72	96,20	6.926,40
87	Cinto de Segurança para Trabalho em altura	430.352	Unid.	166	565,00	93.790,00
88	Luva de cobertura de Vaqueta	619.370	Par	37	52,00	1.924,00
89	Luva de nitrílica	399.972	Par	23.864	17,50	417.620,00
90	Luva de Vaqueta	603.259	Par	1.702	25,60	43.571,20
91	Luva Isolante Classe 2	422.452	Par	37	1.050,00	38.850,00
92	Luva malha de aço	342.888	Par	39	710,00	27.690,00
93	Luva pigmentada	280.827	Unid.	2.021	3,99	8.063,79
94	Luva Térmica	486.638	Unid.	39	132,30	5.159,70
95	Macacão de PVC Hidrorepelente	230.744	Par	10.964	182,54	2.001.368,56
96	Óculos de Proteção sobreposição	618.293	Unid.	8.027	14,87	119.361,49

97	Perneira	618.364	Unid.	5.977	39,50	236.091,50
98	Protetor Auricular Concha	384.283	Unid.	3.656	145,26	531.070,56
99	Protetor Auricular tipo plug	618.290	Unid.	5.246	4,00	20.984,00
100	Respirador Semi-Facial PFF2	486.885	Unid.	96.028	2,60	249.672,80
101	Vestimenta tipo blusão	320.633	Unid.	37	439,74	16.270,38
102	Calça Motosserra	349.482	Par	37	402,50	14.892,50
SUBTOTAL ESTIMADO GRUPO 4				204.771	10.240.257,12	

GRUPO 5 (Nordeste) (Alagoas e Sergipe, Bahia, Ceará, Maranhão, Pernambuco e Potiguara)						
Item	EPI	CATMAT	Unid. Med	Total	Valor unitário	Valor Total
103	Avental PVC	621.679	Unid.	12.144	35,00	425.040,00
104	Bone tipo Árabe	415.527	Par	4.051	32,00	129.632,00
105	Bota de PVC	459.894	Par	8.096	90,00	728.640,00
106	Bota de Segurança	627.358	Par	107	230,00	24.610,00
107	Bota de segurança Eletricista	431.868	Par	56	170,00	9.520,00
108	Bota Florestal	622.700	Par	4.430	670,00	2.968.100,00
109	Botina - tipo B	607.259	Par	8.481	200,00	1.696.200,00
110	Calçado de Segurança	602.214	Par	3.598	130,00	467.740,00
111	Camisa Eletricista Calça Eletricista	418.455	Unid.	56	460,00	25.760,00
112	Capa de chuva	626.909	Unid.	7.812	42,00	328.104,00
113	Capacete de Segurança	321.796	Unid.	107	145,73	15.593,11
114	Capacete de Segurança Eletricista	322.303	Unid.	56	96,20	5.387,20
115	Cinto de Segurança para Trabalho em altura	430.352	Unid.	87	565,00	49.155,00
116	Luva de cobertura de Vaqueta	619.370	Par	30	52,00	1.560,00
117	Luva de nitrílica	399.972	Par	24.892	17,50	435.610,00
118	Luva de Vaqueta	603.259	Par	611	25,60	15.641,60
119	Luva Isolante Classe 2	422.452	Par	30	1.050,00	31.500,00
120	Luva pigmentada	280.827	Par	611	3,99	2.437,89
121	Macacão de PVC Hidrorepelente	230.744	Unid.	12.144	182,54	2.216.765,76
122	Óculos de Proteção sobreposição	618.293	Unid.	7.812	14,87	116.164,44
123	Perneira	618.364	Par	6.459	39,50	255.130,50
124	Protetor Auricular Concha	384.283	Unid.	4.051	145,26	588.448,26
125	Protetor Auricular tipo plug	618.290	Unid.	763	4,00	3.052,00
126	Respirador Semi-Facial PFF2	486.885	Unid.	93.353	2,60	242.717,80
SUBTOTAL ESTIMADO GRUPO 5				199.837	10.782.509,56	

GRUPO 6 (Centro-Oeste e Distrito Federal) Araguaia, Cuiabá, Kaiapó do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins, Xavante, Xingu, Casai-DF, Samu Indígena, AgSUS - Sede Brasília)						
Item	EPI	CATMAT	Unid. Med	Total	Valor unitário	Valor Total
127	Avental PVC	621.679	Unid.	13.420	35,00	469.700,00
128	Bone tipo Árabe	415.527	Par	4.476	32,00	143.232,00
129	Bota de PVC	459.894	Par	8.949	90,00	805.410,00
130	Bota de Segurança	627.358	Par	106	230,00	24.380,00
131	Bota de segurança Eletricista	431.868	Par	32	170,00	5.440,00
132	Bota Florestal	622.700	Par	3.708	670,00	2.484.360,00
133	Botina - tipo B	607.259	Par	8.184	200,00	1.636.800,00
134	Calçado de Segurança	602.214	Par	4.054	130,00	527.020,00
135	Camisa Eletricista Calça Eletricista	418.455	Unid.	32	460,00	14.720,00
136	Capa de chuva	626.909	Unid.	8.682	42,00	364.644,00
137	Capacete de Segurança	321.796	Unid.	106	145,73	15.447,38
138	Capacete de Segurança Eletricista	322.303	Unid.	32	96,20	3.078,40
139	Cinto de Segurança para Trabalho em altura	430.352	Unid.	74	565,00	41.810,00
140	Luva de cobertura de Vaqueta	619.370	Par	17	52,00	884,00
141	Luva de nitrílica	399.972	Par	27.444	17,50	480.270,00
142	Luva de Vaqueta	603.259	Par	610	25,60	15.616,00
143	Luva Isolante Classe 2	422.452	Par	17	1.050,00	17.850,00
144	Luva pigmentada	280.827	Par	610	3,99	2.433,90
145	Macacão de PVC Hidrorepelente	230.744	Unid.	13.420	182,54	2.449.686,80
146	Óculos de Proteção sobreposição	618.293	Unid.	8.696	14,87	129.309,52
147	Perneira	618.364	Par	5.949	39,50	234.985,50
148	Protetor Auricular Concha	384.283	Unid.	4.476	145,26	650.183,76
149	Protetor Auricular tipo plug	618.290	Unid.	1.638	4,00	6.552,00

150	Respirador Semi-Facial PFF2	486.885	Unid.	103.876	2,60	270.077,60
SUBTOTAL ESTIMADO GRUPO 6				218.608	10.793.890,86	

GRUPO 7 (Sudeste e Sul) (Casai SP, Minas Gerais e Espírito Santo, Interior Sul, Litoral sul)						
Item	EPI	CATMAT	Unid. Med	Total	Valor unitário	Valor Total
151	Avental PVC	621.679	Unid.	8.159	35,00	285.565,00
152	Bone tipo Árabe	415.527	Par	2.722	32,00	87.104,00
153	Bota de PVC	459.894	Par	5.441	90,00	489.690,00
154	Bota de Segurança	627.358	Par	62	230,00	14.260,00
155	Bota de segurança Eletricista	431.868	Par	34	170,00	5.780,00
156	Bota Florestal	622.700	Par	2.721	670,00	1.823.070,00
157	Botina - tipo B	607.259	Par	5.443	200,00	1.088.600,00
158	Calçado de Segurança	602.214	Par	2.505	130,00	325.650,00
159	Camisa Eletricista Calça Eletricista	418.455	Unid.	34	460,00	15.640,00
160	Capa de chuva	626.909	Unid.	5.323	42,00	223.566,00
161	Capacete de Segurança	321.796	Unid.	62	145,73	9.035,26
162	Capacete de Segurança Eletricista	322.303	Unid.	34	96,20	3.270,80
163	Cinto de Segurança para Trabalho em altura	430.352	Unid.	50	565,00	28.250,00
164	Luva de cobertura de Vaqueta	619.370	Par	18	52,00	936,00
165	Luva de nitrílica	399.972	Par	16.672	17,50	291.760,00
166	Luva de Vaqueta	603.259	Par	356	25,60	9.113,60
167	Luva Isolante Classe 2	422.452	Par	18	1.050,00	18.900,00
168	Luva pigmentada	280.827	Par	356	3,99	1.420,44
169	Macacão de PVC Hidrorepelente	230.744	Unid.	8.159	182,54	1.489.343,86
170	Óculos de Proteção sobreposição	618.293	Unid.	5.323	14,87	79.153,01
171	Perneira	618.364	Par	4.083	39,50	161.278,50
172	Protetor Auricular Concha	384.283	Unid.	2.722	145,26	395.397,72
173	Protetor Auricular tipo plug	618.290	Unid.	696	4,00	2.784,00
174	Respirador Semi-Facial PFF2	486.885	Unid.	63.604	2,60	165.370,40
SUBTOTAL ESTIMADO GRUPO 7				134.597	7.014.938,59	

GRUPO 8 (Norte - AM/RO/RR) (Alto Rio Negro, Alto Rio Purus, Alto Rio Solimões, Manaus, Médio Rio Purus, Médio Rio Solimões e Afluentes, Parintins, Porto Velho, Vale do Javari, Vilhena, Leste Roraima)						
Item	EPI	CATMAT	Unid.	Total	Valor unitário	Valor Total
175	Coletes salva-vidas Classe III	301.231	Unid.	1.410	100,00	141.000,00
SUBTOTAL ESTIMADO GRUPO 8				1.410	141.000,00	

GRUPO 9 (Norte - PA/AP) (Altamira, Amapá e Norte do Pará, Guamá-Tocantins, Kaiapó do Pará, Rio Tapajós, Tocantins)						
Item	EPI	CATMAT	Unid.	Total	Valor unitário	Valor Total
176	Coletes salva-vidas Classe III	301.231	Unid.	622	100,00	62.200,00
SUBTOTAL ESTIMADO GRUPO 9				622	62.200,00	

GRUPO 10 (Nacional - CO/NE/S/SE) (Araguaia, Cuiabá, Kaiapó do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Xingu, Maranhão, Pernambuco, Litoral Sul, Minas Gerais e Espírito Santo)						
Item	EPI	CATMAT	Unid.	Total	Valor unitário	Valor Total
177	Coletes salva-vidas Classe III	301.231	Unid.	760	100,00	76.000,00
SUBTOTAL ESTIMADO GRUPO 10				760	76.000,00	

GRUPO 11 (Norte - AM/RO) (Alto Rio Juruá, Alto Rio Negro, Alto Rio Purus, Alto Rio Solimões, Manaus, Médio Rio Purus, Médio Rio Solimões, Parintins, Porto Velho, Vale do Javari)						
Item	EPI	CATMAT	Unid. Med	Total	Valor unitário	Valor Total
178	Protetor Solar Repelente	412.781	Unid.	27.410	32,60	893.566,00
SUBTOTAL ESTIMADO GRUPO 11				27.410	893.566,00	

GRUPO 12 (Norte - (PA/AP/RR) (Altamira, Amapá e Norte do Pará, Guamá-Tocantins, Kaiapó do Pará, Rio Tapajós, Tocantins, Leste Roraima, Pacaraima, Yanomami)						
Item	EPI	CATMAT	Unid. Med	Total	Valor unitário	Valor Total
179	Protetor Solar Repelente	412.781	Unid.	29.237	32,60	953.126,20

SUBTOTAL ESTIMADO GRUPO 12				29.237	953.126,20	
GRUPO 13 (Nordeste e Sudeste) (Alagoas e Sergipe, Bahia, Ceará, Maranhão, Pernambuco, Potiguara, CASAI SP, Litoral Sul, Minas Gerais e Espírito Santo)						
Item	EPI	CATMAT	Unid. Med	Total	Valor unitário	Valor Total
180	Protetor Solar Repelente	412.781	Unid.	21.438	32,60	698.878,80
SUBTOTAL ESTIMADO GRUPO 13				21.438	698.878,80	
GRUPO 14 (Centro Oeste e Sul) (CASAI DF, DSEI Araguaia, Cuiabá, Kaiapó do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Xavante, Xingu, SAMU Indígena, Interior Sul, Vilhena)						
Item	EPI	CATMAT	Unid. Med	Total	Valor unitário	Valor Total
181	Protetor Solar Repelente	412.781	Unid.	22.130	32,60	721.438,00
SUBTOTAL ESTIMADO GRUPO 14				22.130	721.438,00	
Valor total global estimado dos 14 Grupos					68.985.681,00	

1.5. O licitante poderá participar de quantos grupos desejar, sendo obrigatório apresentar proposta para todos os itens que compõem cada grupo do qual optar por participar, de modo que, para os **Grupos de 1 a 7**, a proposta deverá obrigatoriamente contemplar a totalidade dos itens integrantes do respectivo lote, sob pena de desclassificação, ao passo que os **Grupos Regionais de 8 a 14** contemplam apenas 1 (um) item por grupo, devendo a oferta corresponder integralmente à especificação constante no termo de referência.

1.6. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns.

1.7. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

2. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.2. Poderão participar deste certame os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação e que estiverem credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.3. Será exigido, no mínimo, o nível III de credenciamento no SICAF para fins de habilitação.

2.4. Ao participar do certame, o licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.6. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.7. No caso da participação de estrangeiros, as pessoas jurídicas deverão estar legalmente autorizadas a funcionar no Brasil.

2.8. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para a sessão pública.

2.9. É vedada a participação nos processos de compras e contratações de:

2.10. Empregados da AgSUS, membros da Diretoria Executiva e dos Conselhos de Deliberação e Conselho Fiscal, ou que tenha sido demitido ou desligado no período de 01 (um) ano anterior ao processo de seleção do fornecedor;

2.10.1. Servidor público ou detentor de cargo em comissão ou função comissionada ou gratificada, no âmbito do Ministério da Saúde;

2.10.2. Parentes consanguíneos ou afins até o terceiro grau de pessoas elencadas nos itens anteriores.

2.10.3. Fornecedores que empregam familiares de funcionário da AgSUS, que exerça cargo de direção na agência, ou cujas atribuições estejam relacionadas à área responsável pela contratação, bem como os agentes previstos no inciso II;

2.10.4. Fornecedores ou empresa apenados com suspensão ou impedimento do direito de contratar pela AgSUS, bem como no âmbito da Administração Pública;

2.10.5. Fornecedores proibidos ou impedidos de celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

2.10.6. Fornecedores estrangeiros que não tenha representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.10.7. Fornecedores que estejam em processo de falência, em recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de

credores, insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;

2.10.8. Fornecedores que empreguem menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre ou que empregue menor de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo menor a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz;

2.10.9. Não será admitida a participação de empresas em consórcio, tendo em vista que não há no objeto em apreço nada que justifique tal permissão. Ao contrário disto, estaria se atentando contra o princípio da competitividade, pois se permitiria, a união de concorrentes que poderiam disputar entre si o objeto do presente instrumento, violando, por via transversa, o princípio da vantajosidade;

2.10.10. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista; e

2.10.11. Fornecedores que apresentem risco à imagem e integridade da AgSUS, conforme estabelecido nas normas de integridade.

2.11. **No momento de envio das propostas, as concorrentes deverão firmar declaração atestando não se enquadrarem nas vedações previstas no item acima (Anexo IX).**

3. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

3.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

4. DOS ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES

4.1. Quaisquer pedidos de **ESCLARECIMENTOS** em relação a eventuais dúvidas na interpretação do presente Edital poderão ser encaminhados ao Pregoeiro(a) até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente pelo sistema www.gov.br/compras, e ainda, enviados pelo e-mail: aquisicoes@agenciasus.org.br.

4.2. Poderá ser apresentada IMPUGNAÇÃO ao Edital deste Pregão até 3 (três) dias úteis para abertura da proposta, exclusivamente por meio do endereço eletrônico: aquisicoes@agenciasus.org.br.

4.3. Decairá do direito de impugnação dos termos deste Edital qualquer pessoa que não se manifestar até 3 (três) dias úteis antes da abertura da sessão pública, apontando eventuais falhas ou irregularidades.

4.4. O Pregoeiro auxiliado pela área técnica, se for o caso, decidirá sobre a(s) impugnação(ões) no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

4.5. A impugnação interposta após o prazo legal estipulado não será conhecida, caracterizada como tal, recebendo tratamento como mera informação.

4.6. Acolhida a impugnação contra este ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

4.7.

5. DA PROPOSTA

5.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.1.1. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema até a abertura da sessão pública.

5.2. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.3. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5.4. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.4.1. Valor unitário do item, em moeda corrente nacional (no limite de até quatro casas decimais);

5.4.2. Marca;

5.4.3. Fabricante;

5.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do ITEM.

5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.8. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.9. Caso o lance vencedor contemple qualquer item com valor acima do preço máximo, o proponente poderá ser convocado, pelo "chat" do sistema, para negociar o valor do lance.

6. DA SESSÃO PÚBLICA E DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema

eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. As propostas classificadas serão ordenadas automaticamente pelo sistema para a participação da disputa por meio de lances eletrônicos, quando então os licitantes poderão encaminhar lances por meio do sistema.

6.3. Os grupos serão abertos sequencialmente, conforme ordenamento constante do Termo de Referência.

6.3.1. Assim que o lance for acatado, ele ficará registrado no sistema, sendo vedada a desistência dos lances ofertados, sujeitando a licitante às penalidades constantes neste Edital;

6.3.2. Após a apresentação da proposta e dos lances não caberá desistência, salvo se por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão de Seleção.

6.4. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observadas as seguintes condições:

6.4.1. licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado no sistema;

6.4.2. O intervalo mínimo de diferença entre os lances será de R\$1,00 (um real), que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

6.5. A licitante poderá ofertar lances iguais ou inferiores aos de outras proponentes, desde que estes sejam inferiores ao último lance ofertado por ela própria.

6.6. Durante o transcurso da sessão pública, a licitante será informada, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação da detentora do lance.

6.7. Finalizada a fase de julgamento, a negociação e a verificação da conformidade da proposta e da habilitação, o Pregoeiro observará a seguinte sequência procedimental, em conformidade com o art. 12, inciso X, do Regulamento de Compras e Contratações (RCC) da AgSUS:

6.7.1. Declarará o vencedor do certame para o respectivo item ou grupo;

6.7.2. Consignará a decisão e os eventos ocorridos na sessão em ata própria do sistema eletrônico;

6.7.3. Adjudicará o objeto ao licitante vencedor, nos casos em que não houver interposição de recurso;

6.7.4. Encaminhará o processo devidamente instruído à autoridade competente para fins de homologação do resultado da licitação.

7. DA COMPETITIVIDADE - MODO DE DISPUTA ABERTO

7.1. O Pregão será realizado no **MODO DE DISPUTA ABERTO**, onde os participantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações, conforme abaixo:

7.1.1. A etapa de envio de lances na sessão pública durará **10 minutos** e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema.

7.1.2. A **prorrogação automática** da etapa de envio de lances será de **2 minutos** e ocorrerá sucessivamente, **sempre que houver lances enviados neste período de prorrogação**, inclusive quando se tratar de lances intermediários, renovando-se a prorrogação.

7.1.3. Os lances intermediários são lances iguais ou superiores ao menor já ofertado, porém, inferiores ao último lance dado pela própria licitante.

7.1.4. Na hipótese de não haver novos lances, a sessão pública será encerrada automaticamente, sem prejuízo da aplicação da margem de preferência e do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.

7.1.5. **Na hipótese de não haver novos lances, a sessão pública será encerrada automaticamente.**

7.2. Encerrada a etapa de lances sem prorrogação automática pelo sistema, o pregoeiro, em busca da melhor proposta, poderá reiniciar a etapa de lances.

7.3. O julgamento da proposta será objetivo, de acordo com o **MENOR PREÇO POR GRUPO ou POR ITEM quando for o caso**, conforme Modelo de Proposta de Preços.

7.4. Durante a fase de lances, não serão aceitos contatos telefônicos, ou via e-mail, com a Comissão de Seleção, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis, já que tal ato configura a identificação do proponente durante a sessão pública.

7.5. Todo e qualquer contato com a Comissão de Seleção durante a etapa competitiva será pelo chat, salvo após a fase de negociação.

7.6. A sessão será suspensa para análise da proposta de preços e documentos, cabendo à Comissão de Seleção informar, através do Sistema, a data e horário para retomada da licitação eletrônica.

7.7. No caso de Propostas com valores iguais, não ocorrendo lances, e depois de observado o exercício do direito de preferência previsto neste Edital, será observada a seguinte ordem para desempate:

7.7.1. Disputa final entre as licitantes empatados, que poderão apresentar novo lance, por meio eletrônico, no prazo de 05 (cinco) minutos;

7.7.2. Persistindo o empate entre propostas será realizado sorteio em hora marcada, após comunicação às licitantes.

7.7.3. Na hipótese de haver lances iguais prevalecerá, como de menor valor, o lance que tiver sido primeiramente registrado;

8. DO ENVIO DA PROPOSTA COMERCIAL READEQUADA

8.1. A licitante classificada em primeiro lugar na fase de lances deverá apresentar a Proposta Comercial readequada com o preço do lance no prazo de até 2 (duas) horas a contar da solicitação do Pregoeiro.

8.2. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no

chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

8.3. A Proposta deverá:

8.3.1. Ser acompanhada de Folder, catálogo ou prospecto técnico do fabricante, em língua portuguesa, contendo as especificações técnicas dos itens ofertados, a ser apresentada junto com a proposta comercial.

8.3.2. Marca e fabricante dos produtos ofertados;

8.3.3. Número do Certificado de Aprovação - CA,

8.3.4. Descrição detalhada dos itens, podendo se referir a kits ou itens isolados, incluindo prazos de validade e/ou garantia, quando aplicável;

8.3.5. Conter o valor unitário e total do item ou grupo e total dos itens ofertados;

8.3.6. Conter o preço ofertado consignado em moeda nacional, expressa em algarismos e por extenso, com duas casas decimais após a vírgula;

8.3.7. Ser redigida em português, sem emendas, rasuras, cotações alternativas ou entrelinhas;

8.3.8. Conter a identificação do proponente (razão social, CNPJ/MF, endereço, telefone e e-mail), o número do processo licitatório e da licitação eletrônica, e ser redigida em língua portuguesa, datada e assinada pelo representante do proponente, conforme modelo disposto no Anexo II deste Edital.

8.3.9. Informar o prazo de validade da proposta, que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias corridos, contado do dia da aceitação da proposta, no sistema;

8.3.10. A ausência de indicação do prazo de validade implicará aceitação tácita do prazo mínimo de 60 (sessenta) dias.

8.4. Não será admitida, na proposta ajustada, a indicação de marca e fabricante de maneira genérica.

8.5. Licitantes deverão apresentar, junto à proposta ajustada, os seguintes documentos:

8.6. Número do Certificado de Aprovação - CA, Folder, catálogo ou prospecto técnico do fabricante, em língua portuguesa, contendo as especificações técnicas dos itens ofertados.

8.7. Da exigência de amostras:

8.7.1. O licitante convocado deverá apresentar as amostras no prazo máximo de 8 (oito) dias corridos, contados do recebimento da convocação, no local indicado pela Contratante.

8.7.2. As amostras deverão estar devidamente identificadas, contendo, no mínimo, as informações necessárias à identificação do licitante, do processo, do edital e dos itens correspondentes.

8.7.3. As amostras serão avaliadas pela equipe técnica da área demandante quanto à conformidade com as especificações técnicas constantes no Termo de Referência.

8.7.4. A não apresentação das amostras no prazo estabelecido, ou a sua apresentação em desacordo com as exigências previstas, acarretará a desclassificação da proposta.

8.7.5. Em caso de reprovação da amostra, será convocado o licitante subsequente, na ordem de classificação, para apresentação de nova amostra, e assim sucessivamente.

8.7.6. Os produtos a serem fornecidos deverão corresponder às amostras aprovadas, sob pena de rejeição, substituição ou aplicação das sanções cabíveis.

8.7.7. Demais condições relativas à apresentação, análise, aprovação e devolução das amostras encontram-se detalhadas no Termo de Referência.

8.7.8. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

8.7.9. Na proposta da licitante, até seu lance final, devem estar incluídos todos custos e insumos, tais como as despesas com mão-de-obra, materiais, impostos, taxas, transporte, fretes, descontos, embalagens, prêmios de seguro, e quaisquer outras despesas que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto desta licitação;

8.7.10. Quanto aos tributos incidentes sobre o objeto, cada proponente é responsável pela adoção das correspondentes alíquotas, de acordo com o seu regime tributário.

8.8. A apresentação da proposta será considerada como evidência de que o proponente:

8.8.1. Examinou e tem pleno conhecimento de todos os documentos que instruem esta licitação eletrônica;

8.8.2. Aceita as cláusulas e condições deste Edital, eventuais aditamentos e esclarecimentos complementares;

8.8.3. promete a fornecer o objeto pelo valor, na quantidade e no prazo constantes da proposta;

8.8.4. Cumprirá com os preceitos legais e regulamentares em vigor, em especial as Leis nº 12.527/2011, 12.846/2013 (Lei Anticorrupção) e 13.709/2018 (LGPD);

8.8.5. Se responsabilizará pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do processo.

8.9. É facultada à Comissão de Seleção, em qualquer fase da licitação, a promoção de **diligência** destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, sendo **vedada a inclusão posterior, pelos licitantes, de documentação ou informações que deveriam constar originalmente da proposta.**

8.10. São vícios **sanáveis**, entre outros, os defeitos materiais atinentes à descrição do objeto da proposta e suas especificações técnicas, incluindo aspectos relacionados à execução do objeto, às formalidades, aos requisitos de representação, às planilhas de composição de preços e, de modo geral, aos documentos de conteúdo declaratório sobre situações pré-existentis.

- 8.11. O prazo para correção dos vícios sanáveis será definido pela Comissão de Seleção e não será permitido alteração do valor final da proposta, exceto para oferecer preço mais vantajoso para a AgSUS;
- 8.12. Se a proposta não for corrigida de modo adequado, a Comissão de Seleção dispõe de competência discricionária para decidir pela concessão de novo prazo para novas correções.
- 8.13. Quando da análise da proposta ajustada, se houver indícios de inexecutabilidade, o Pregoeiro poderá efetuar diligência, solicitando que a licitante comprove a exequibilidade da proposta.
- 8.14. Consideram-se preços inexequíveis aqueles que, comprovadamente, sejam insuficientes para a cobertura dos custos decorrentes da contratação.
- 8.15. Serão desclassificadas as propostas que:
- 8.15.1. Forem apresentadas em desacordo com as exigências legais e disposições deste Edital e seus Anexos, bem como das normas de regulação do certame;
- 8.15.2. Ofertarem condições que não atendam às exigências do Edital;
- 8.15.3. Apresentarem preços manifestamente inexequíveis, simbólicos, irrisórios ou iguais a zero, e ainda, excessivos ou exorbitantes, isto é, incompatíveis com os preços de mercado, mesmo que o ato convocatório não tenha estabelecido limites mínimos, desde que a licitante não comprove a exequibilidade da proposta;
- 8.15.4. Apresentarem manifestos e comprovados erros e desvios nos preços, ou indicações incompatíveis com os valores expressos numericamente ou por extenso, de forma a suscitar dúvida interpretação.
- 8.16. Antes de desclassificar proposta em razão do preço estar excessivamente superior ao estipulado pela AgSUS, o Pregoeiro deverá tentar uma negociação, solicitando nova base de preço condizente com o estimado pela AgSUS;
- 8.17. Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda o Edital.
- 8.18. Esgotadas as etapas anteriores, o Pregoeiro poderá negociar com a licitante melhor classificada para que seja obtido desconto sobre o valor ofertado.
- 8.19. A licitante deverá encaminhar a Proposta Comercial com os respectivos valores adequados ao preço negociado.
- 8.20. Decidida a aceitação da proposta, a Comissão de Seleção dará início à fase de habilitação da empresa licitante autora da melhor oferta, com a verificação da documentação exigida neste Edital para habilitação.
- 8.21. Em face do teor do Acórdão TCU nº 754/2015 - Plenário, por analogia, na hipótese de ocorrência de desistência injustificada de proposta/lance, a Comissão de Seleção encaminhará ofício ao Setor Competente para que se proceda à abertura de processo administrativo para apenação do(s) proponente(s) convocado(s), já que tal prática se consubstancia em ato ilegal.

9. HABILITAÇÃO

- 9.1. Encerrada a etapa de aceitação das propostas, a licitante que ofertar o menor preço deverá apresentar a documentação comprobatória, no prazo de **até 2 (duas) horas**, a contar da solicitação do Pregoeiro.
- 9.2. **Os documentos de habilitação poderão ser enviados na fase de envio de Propostas ou quando solicitados pela Comissão de Seleção, após a fase de lances e aceitação da Proposta.**
- 9.3. A documentação relativa à **Habilitação Jurídica** consiste em:
- 9.3.1. Prova de inscrição com situação ativa no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), (atividade econômica principal ou secundária relacionada a comércio ou fabricação de EPIs) **empresa deve comprovar que atua no ramo de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs)**;
- 9.3.2. Registro Comercial, no caso de empresa individual, ou Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, e a última alteração, se houver, devidamente registrados, acompanhados de prova da diretoria em exercício, em se tratando de associação ou sociedade, com documento de eleição dos administradores, no caso de sociedade por ações;
- 9.3.3. Documento oficial no qual constem os dados do RG e inscrição no CPF do representante legal da pessoa jurídica;
- 9.3.4. Em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, Decreto ou prova de registro da autorização para funcionamento, expedido pelo órgão competente quando legalmente exigido.
- 9.4. A documentação para comprovação da **Regularidade Fiscal/Tributária e Trabalhista** consiste em:
- 9.5. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados;
- 9.5.1. Certidão de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- 9.5.2. Certidão de regularidade com a Fazenda Distrital ou Estadual e Municipal do domicílio ou sede do proponente, quando couber; e
- 9.5.3. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas emitida pela Justiça do Trabalho.
- 9.6. A documentação relativa à **Qualificação Técnica** consiste em:
- 9.6.1. Atestados, Declarações ou Certidões de capacidade operacional, fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, impressos em papel timbrado da empresa emitente, devidamente assinados, onde deverá estar comprovada a aptidão do interessado participante para desempenho de atividades pertinentes e compatíveis em

características, quantidades e prazos com o objeto pretendido;

9.6.1.1. Os Atestados de Capacidade Técnica deverão **comprovar experiência anterior da empresa em pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) do objeto licitado.**

9.6.1.2. O licitante for classificado para mais de 1(um) grupo deverá comprovar para sua classificação técnica o percentual de 25% (vinte e cinco por cento) para cada grupo, não serão admitidos a apresentação dos mesmo atestados/Notas Fiscais para diferentes grupos.

9.6.1.3. A experiência anterior é cumulativa.

9.6.1.4. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante;

9.6.1.5. Os atestados de capacidade técnica podem ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

9.6.1.6. O(s) atestado(s) ou declaração(ões) de capacidade técnica deverá(ão) se referir a objetos prestado no âmbito de sua atividade econômica principal e/ou secundária especificadas no contrato social registrado na junta comercial competente;

9.6.1.7. O(s) Atestado(s) de Capacidade Técnica deverá(ão) ser emitido(s) em papel timbrado do ateste, contendo as seguintes informações: nome da empresa, razão social, CNPJ, nome, cargo e assinatura do responsável pela informação e demais dados técnicos, se houver, período de realização do objeto contratual e manifestação quanto à qualidade e/ou satisfação do fornecimento;

9.6.1.8. Poderá ser requerido, a critério da Comissão de Seleção, de forma a complementar às informações, outro(s) documento(s) comprobatório(s), tais como contrato e/ou nota fiscal, que ateste(m) a(s) exigência(s) requerida(s);

9.6.1.9. Não serão considerados válidos atestados ou certificados emitidos por empresas privadas pertencentes ao mesmo grupo empresarial da proponente.

9.7. A documentação relativa à **Qualificação Econômico-Financeira** consiste em:

9.7.1. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, ou balanço de abertura no caso de empresa recém-constituída, que comprovem a situação financeira da empresa.

9.7.2. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física ou, se for o caso, Plano de Recuperação Judicial homologado em juízo.

9.7.3. A comprovação da boa situação financeira da empresa será baseada no resultado da aplicação das fórmulas abaixo. A comprovação de patrimônio líquido não inferior a 5% (cinco por cento) do valor da proposta, será exigida no caso de a licitante apresentar resultado igual ou inferior a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC). As licitantes deverão apresentar documento onde fique demonstrado a aplicação das fórmulas abaixo:

$$\text{LG} = \frac{(\text{Ativos Circulantes} + \text{Ativos Realizáveis a Longo Prazo})}{(\text{Passivos Circulantes} + \text{Passivos Exigíveis a Longo Prazo})}$$

$$\text{SG} = \frac{(\text{Ativo Total})}{(\text{Passivos Circulantes} + \text{Passivos Exigíveis a Longo Prazo})}$$

$$\text{LC} = \frac{(\text{Ativos Circulantes})}{(\text{Passivos Circulantes})}$$

9.8. A proponente deverá enviar as seguintes DECLARAÇÕES:

9.8.1. Declaração expressa, responsabilizando-se pela veracidade das informações prestadas, constando no mínimo que:

a) Tem pleno conhecimento e concordância com todos os termos e condições estabelecidas no instrumento convocatório, incluindo as obrigações da empresa contratada, e de que está ciente das sanções administrativas em decorrência do descumprimento de quaisquer cláusulas do Contrato a ser firmado com a AgSUS; e

b) Possui, no ato da contratação, e, possuirá, durante toda a vigência do Contrato a ser firmado com a Asus, pessoal qualificado, instalações físicas e equipamentos necessários e disponíveis ao cumprimento do objeto do instrumento convocatório.

9.9. Todos os documentos apresentados por meio do sistema, ficarão anexados ao processo, sendo vedada a sua retirada ou substituição.

9.10. Em nenhuma hipótese será permitida a apresentação de protocolos, guias de pagamentos, ou documentos

similares em substituição aos documentos exigidos.

9.11. Em caso de dúvida quanto às informações contidas nos documentos comprobatórios da regularidade fiscal, o Pregoeiro(a), durante a sessão pública, poderá realizar consulta online aos sites dos órgãos responsáveis pela emissão deles.

9.12. A não apresentação de qualquer documento relacionado nos itens anteriores ou a sua apresentação em desacordo com a forma, prazo de validade e quantidades estipuladas, poderá implicar na inabilitação da licitante.

9.13. Os documentos deverão estar dentro do prazo de validade neles consignados, salvo quanto aos documentos de qualificação técnica (atestados), que são havidos por permanentes.

9.14. Não havendo referência quanto ao prazo de validade dos documentos, serão considerados válidos por 90 (sessenta) dias, contados na forma do Código Civil.

9.15. Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.16. Quando do julgamento da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, bem como suprir a omissão de eventuais documentos de regularidade fiscal, mediante consulta via internet em sites oficiais que emitam certidões on line via internet, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.17. O Pregoeiro poderá convocar a licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

9.18. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

9.19. Caso a empresa primeira classificada na sessão de lances venha a ser inabilitada, as empresas remanescentes, na ordem de classificação, terão seus documentos de habilitação analisados.

10. DO RECURSO

10.1. Após a declaração do vencedor, realizada pelo Pregoeiro(a), as licitantes devem expressar, de maneira **imediate, em até 15 (quinze) minutos, por meio do campo específico no sistema**, a intenção de recorrer contra o resultado do certame.

10.2. Após a manifestação do item anterior, será concedido o **prazo de 3 (três) dias úteis, para apresentação das razões do recurso**, facultando às demais licitantes a oportunidade de apresentar **contrarrazões em igual período a partir do término do prazo da recorrente**, sendo assegurada à proponente vista aos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

10.3. O(s) recurso(s) e contrarrazões deverão ser encaminhados por meio do sistema eletrônico.

10.4. A falta de manifestação motivada da licitante no prazo estabelecido importará a decadência do direito de recurso, ficando o pregoeiro autorizado a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

10.5. Qualquer recurso contra decisão do Pregoeiro não terá efeito suspensivo, salvo nos casos de habilitação ou inabilitação da licitante ou julgamento das propostas, podendo a autoridade competente, motivadamente e presente as razões de interesse público, atribuir ao recurso interposto eficácia suspensiva.

10.6. Decidido(s) o(s) recurso(s) e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente adjudicará o objeto à licitante vencedora.

10.7. Os recursos serão julgados no prazo de até 10 (dez) dias úteis.

10.8. O recurso interposto após o prazo legal e/ou subscrito por representante não habilitado legalmente ou, não identificado no processo para responder pelo licitante, **não será conhecido**.

10.9. Decidido o recurso pela Comissão de Seleção ou pelo Pregoeiro(a), não caberá recurso hierárquico adicional. Essa medida visa assegurar a celeridade e a segurança jurídica do procedimento, em conformidade com o modelo de governança do Serviço Social Autônomo.

11. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

11.1. Concluído o julgamento e ultrapassada a fase recursal, o processo licitatório será submetido à Presidência da AgSUS, para que se proceda à devida adjudicação e consequente homologação do objeto à licitante vencedora.

11.2. O objeto desta licitação será adjudicado à(s) licitante(s) que obtiver(em) melhor classificação segundo os critérios fixados neste Edital e seus Anexos.

11.3. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

12. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

12.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do fornecedor convocado, desde que:

a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

b) a justificativa apresentada seja aceita pela AgSUS.

12.3. O fornecedor convocado deverá providenciar, para assinatura da Ata de Registro de Preços:

- 12.3.1. Indicação do responsável pela assinatura do Contrato contendo o nome completo, número da cédula de identidade – RG e do Cadastro Nacional de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF.
- 12.3.2. Alterações do Estatuto ou Contrato Social da empresa, caso tenha havido após a data da abertura da licitação.
- 12.3.3. Instrumento público ou particular de mandato, este último com firma reconhecida, outorgando poderes ao signatário da contratação, quando o representante não for sócio ou diretor autorizado através do estatuto ou contrato social.
- 12.4. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.
- 12.5. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.
- 12.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a AgSUS a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.
- 12.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à AgSUS convocar os licitantes remanescentes classificados no certame, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
- 12.8. A vigência da Ata de Registro de Preço proveniente deste Pregão será de 1 (um) ano, contados do primeiro dia útil subsequente à sua assinatura, podendo ser prorrogada por igual período, nos termos do art. 25 do Regulamento de Compras e Contratações da AgSUS.
- 12.9. O eventual contrato terá vigência de 1 (um) ano, a partir da data da sua assinatura, podendo, por interesse da AgSUS, ser prorrogado conforme autoriza o Regulamento de Compras e Contratações da AgSUS.
- 12.10. Não haverá formação de cadastro reserva.
- 12.11. Não será permitida adesão de entidades não participantes.

13. DAS CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DO CONTRATO

- 13.1. Quando convocada, a ADJUDICATÁRIA terá 5 (cinco) dias úteis para assinar o Contrato, a contar da convocação efetuada pela AgSUS, mediante comunicação via e-mail.
- 13.1.1. Caso a mesma ADJUDICATÁRIA tenha vencido mais de um lote, será assinado um único contrato, ainda que o objeto adjudicado sejam o lote de insumos e um ou mais equipamentos.
- 13.2. A ADJUDICATÁRIA deverá providenciar para assinatura do Contrato:
- 13.2.1. Alterações do Estatuto ou Contrato Social da empresa, caso tenha havido após a data da abertura da licitação.
- 13.2.2. Instrumento público ou particular de mandato, este último com firma reconhecida, outorgando poderes ao signatário da contratação, quando o representante não for sócio ou diretor autorizado através do estatuto ou contrato social, caso tenha havido alteração após a data da abertura da licitação.
- 13.3. Caso a(s) licitante(s) vencedora(s) venha(m) a recusar-se, sem justificativa aceita pela AgSUS, a assinar o Contrato dentro do prazo estabelecido e na vigência da proposta, sujeitar-se-á às sanções cabíveis, reservando-se à AgSUS o direito de, independentemente de qualquer aviso ou notificação, convocar as licitantes remanescentes ou cancelar a licitação.
- 13.3.1. Na convocação das licitantes remanescentes será observada a classificação final da licitação dada pelo sistema.
- 13.3.2. A licitante será convocada para apresentação da proposta adjudicada e da documentação de qualificação e de habilitação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.
- 13.3.3. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nas mesmas condições propostas pelo licitante vencedor, a AgSUS poderá:
- 13.3.3.1. convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;
- 13.3.3.2. adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
- 13.4. É vedado caucionar ou utilizar o Contrato decorrente da presente licitação para qualquer operação financeira, sem ciência prévia e concordância expressa da AgSUS.
- 13.5. A vigência do contrato será de 12 meses, prorrogável até o limite permitido pelo Regulamento de Compras da AgSUS, mediante análise de conveniência e vantagem pela Contratante.

14. DA GARANTIA DO CONTRATO

- 14.1. A CONTRATADA para execução do objeto desta Licitação, prestará, em até 05 (cinco) dias úteis da data de convocação para assinatura do contrato, garantia fixada em 5% (cinco por cento) do valor do Contrato, em favor da CONTRATANTE, nos termos do art. 65 do Regulamento de Compras e Contratações da AgSUS, podendo a CONTRATADA optar por uma das modalidades de garantia previstas no diploma legal:
- 14.1.1. Caução em dinheiro;
- 14.1.2. Seguro-garantia;
- 14.1.3. Fiança bancária.

- 14.2. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação das sanções administrativas previstas no contrato e poderá ensejar a rescisão contratual.
- 14.3. A garantia prestada pela contratada será liberada ou restituída após a execução do contrato, devendo ser atualizada monetariamente na hipótese da caução em dinheiro.
- 14.4. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:
- 14.4.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- 14.4.2. prejuízos diretos causados à Agência decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato; e
- 14.4.3. multas moratórias e punitivas aplicadas à CONTRATADA.
- 14.5. Para a apresentação de garantia, deve ser observado que:
- 14.5.1. A carta de fiança bancária deverá constar expressa renúncia, pelo fiador, aos benefícios do artigo 827 do Código Civil (Lei nº 10.406/2002); ser concedida nos termos e condições autorizadas pelo Banco Central do Brasil; ser concedida pelo valor integral exigido para a fiança; estabelecer prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas para cumprimento; ser irrevogável, salvo no caso de substituição por outra modalidade de garantia; a caução em dinheiro deverá ser depositada em conta bancária de titularidade da Agência Brasileira de Apoio à Gestão do SUS, a ser informada oportunamente ao(s) licitante(s) vencedor(es);
- 14.6. A Apólice de seguro-garantia deve garantir o pagamento de quaisquer das multas contratuais previstas.
- 14.7. A garantia terá o seu valor atualizado anualmente pelo Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo - IPCA, fornecido pelo IBGE, e somente será liberada após o término do Contrato, em até 10 (dez) dias úteis, e com a comprovação inequívoca do pagamento de todos os encargos trabalhistas e previdenciários, por parte da CONTRATADA, mediante cópias autenticadas de todos os documentos exigidos pela legislação, referente aos empregados da CONTRATADA vinculados ao Contrato durante a sua execução.
- 14.8. Sempre que necessário poderá ocorrer a atualização da garantia, assim como sua complementação.
- 14.9. As demais informações sobre a garantia estão previstas no Termo de Referência e no Contrato a ser assinado com a CONTRATADA.

15. PENALIDADES

- 15.1. As licitantes deverão observar rigorosamente as condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos, sob pena de lhes serem aplicadas as seguintes penalidades:
- 15.1.1. Durante a fase da licitação:
- 15.1.1.1. Multa de 1% (um por cento) do preço total da proposta, ao dia de atraso em assinar o Contrato, até o limite de 5% (cinco por cento);
- 15.1.1.2. Perda do direito à contratação caso não compareça para assinar o Contrato após o decurso do prazo de 10 (dez) dias a partir da convocação, sem apresentação de justificativas motivadas submetidas à análise e aceitação da AgSUS, acompanhado de multa de 10% (dez por cento) do preço total da proposta;
- 15.1.1.3. Suspensão temporária do direito de participar em licitação e de contratar com a AgSUS, por até 2 (dois) anos.
- 15.1.2. Durante a execução do Contrato: Por descumprimento das obrigações previstas no Contrato, Anexo VII deste Edital, ficará impedida de licitar e de contratar com a AgSUS pelo prazo de até 2 (dois) anos, garantida a ampla defesa, a licitante que:
- 15.1.2.1. não assinar injustificadamente o Contrato, quando convocada dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 15.1.2.2. apresentar documentação falsa;
- 15.1.2.3. não mantiver sua proposta;
- 15.1.2.4. comportar-se de modo inidôneo.
- 15.2. A licitante terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para apresentar defesa prévia, decorrido esse prazo ou caso não sejam acolhidas as razões da defesa, será aplicada a penalidade.
- 15.3. Comprovado impedimento ou reconhecida a força maior é o caso fortuito devidamente justificado e aceito pela AgSUS, a licitante vencedora ficará isenta das penalidades acima mencionadas.

16. LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

- 16.1. Os licitantes deverão declarar que conhecem a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD, lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, e deverão autorizar a AgSUS a coletar e tratar dados pessoais de seus representantes, para o fim exclusivo de viabilizar o presente procedimento licitatório e futura execução do objeto contratado, observando-se as exceções previstas no art. 11, II da LGPD e o seguinte: (declaração/autorização está inserida na alínea "e", no modelo da proposta de preço, - Anexo II do edital).
- 16.2. Fica autorizada a coleta e o tratamento do nome completo e cópias e números de identidade e CPF dos representantes das licitantes, bem como eventuais dados pessoais incluídos em contrato social, estatuto ou documento equivalente, enquanto for necessário ao atingimento da finalidade a seguir exposta;
- 16.3. A coleta e tratamento dos dados acima especificados tem por finalidade viabilizar o presente procedimento licitatório e a futura execução do objeto contratado;
- 16.4. A AgSUS não divulgará os dados pessoais coletados.
- 16.5. A AgSUS se responsabiliza por todas as medidas de segurança necessárias à proteção dos dados coletados ou tratados de incidentes de segurança da informação e comunicará aos titulares dos dados e à Autoridade Nacional

de Proteção de Dados (ANPD) a ocorrência de incidente de segurança que possa acarretar risco ou dano relevante, em conformidade ao art. 48 da LGPD.

16.6. Os titulares dos dados, poderão exercer, no que couber, os direitos previstos no art. 18 da LGPD.

16.7. Os titulares dos dados poderão revogar a anuência aqui manifestada, ou solicitar que sejam eliminados os seus dados pessoais não anonimizados, ficando cientes que isto poderá impedir sua continuidade no processo licitatório.

17. COMPLIANCE E ANTICORRUPÇÃO

17.1. As Licitantes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992) e a Lei Anticorrupção (Lei nº 12.846/2013) e a Lei contra Lavagem de Dinheiro 9.613/1992, se comprometem a cumpri-las fielmente, por si e por seus sócios, administradores e colaboradores, bem como exigir o seu cumprimento pelos terceiros por elas contratados.

17.2. As Licitantes manterão até o final da vigência da contratação, conduta ética e máximo profissionalismo na execução do objeto.

17.3. As Licitantes se obrigam ainda, a:

a) Não dar, oferecer ou prometer qualquer bem de valor ou vantagem de qualquer natureza a agentes públicos ou a pessoas a eles relacionadas ou ainda quaisquer outras pessoas, empresas e/ou entidades privadas, com o objetivo de obter vantagem indevida, influenciar ato ou decisão ou direcionar negócios ilicitamente;

b) Adotar as melhores práticas de monitoramento e verificação do cumprimento das leis anticorrupção, com o objetivo de prevenir atos de corrupção, fraude, práticas ilícitas ou lavagem de dinheiro por seus sócios, administradores, colaboradores e/ou terceiros por elas contratados;

c) Não empregar, direta ou mediante contrato de serviços ou qualquer outro instrumento, trabalho escravo ou infantil;

d) Obedecer e garantir que a execução contratual se dará de acordo com todas as normas internas da AgSUS;

e) Zelar pelo bom nome institucional da AgSUS a abster-se ou omitir-se da prática de atos que possam prejudicar a reputação da Agência. Em caso de uso indevido do nome da AgSUS, ou de qualquer outro nome, marca, termo ou expressão vinculados direta ou indiretamente à AgSUS, responderá a licitante pelas perdas e danos daí decorrentes;

f) Participar de todos e quaisquer treinamentos eventualmente oferecidos pela AgSUS que sejam relativos a qualquer aspecto que consta da lei anticorrupção ou políticas internas da AgSUS, bem como aqueles relativos ao Código de Ética e Conduta desta.

17.4. As Licitantes reconhecem que não estiveram envolvidas com qualquer alegação de crime de lavagem de dinheiro, delito financeiro, financiamento de atividades ilícitas ou atos contra a Administração Pública, corrupção, fraude em licitações ou suborno.

17.5. As licitantes concordam em notificar prontamente à AgSUS, caso tome conhecimento de que algum pagamento impróprio tenha sido realizado, direta ou indiretamente, por um de seus empregados, colaboradores ou terceiros por estas contratadas.

17.6. A comprovada violação de qualquer das obrigações previstas neste Edital ou seus Anexos é causa para, independentemente de qualquer notificação, sem prejuízo da cobrança das perdas e danos causados à AgSUS, aplicação das demais penalidades previstas neste Edital e seus Anexos.

18. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1. A licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

18.2. Fica assegurado à AgSUS o direito de cancelar a licitação, por razões de interesse da instituição, devidamente justificadas, antes da assinatura do Contrato.

18.3. Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração e/ou apresentação de documentos relativos a esta licitação.

18.4. É facultado ao Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a sanar, esclarecer ou complementar a instrução do processo, que não alterem a substância das propostas, fixando-se prazos para atendimento pela licitante, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão.

18.5. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no Sistema Eletrônico.

18.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na AgSUS.

18.7. A Sessão Pública será realizada em dias úteis, nos horários das 9h às 12h e das 14h às 17h, sendo suspensão administrativamente das 12h às 14h, para horário de almoço, e a partir das 17h para finalização do expediente diário. Os prazos que porventura ultrapassem o horário estabelecido serão retomados no dia útil subsequente, na ocasião da reabertura da sessão.

18.8. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

18.9. As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento da segurança jurídica do futuro contrato.

18.10. Em caso de divergência entre as disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

18.11. Este Pregão poderá ter a data de abertura da sessão pública transferida, por conveniência da AgSUS ou por qualquer fato superveniente, o que será comunicado aos interessados formalmente pelo Pregoeiro.

18.12. O foro para dirimir questões relativas ao presente Edital e seus Anexos, será o de Brasília - Distrito Federal, com expressa renúncia aos demais, por mais privilegiado que seja.

18.13. Este Edital e seus anexos estarão disponibilizados, na íntegra, nos endereços www.gov.br/compras e <https://agenciasus.org.br/>.

MARIA DE FATIMA MESQUITA COSTA

Pregoeira

COMPÕEM O PRESENTE INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO OS SEGUINTE ANEXOS:

Anexo I	Termo de Referência
Anexo II	Anexo I do Termo de Referência - QTD - Memória de Cálculo, Regiões e Itens
Anexo III	Anexo II do Termo de Referência - Descrição detalhada de EPI
Anexo IV	Anexo III do Termo de Referência -Localidade de Entrega
Anexo V	Anexo IV - Cronograma de Prazos
Anexo VI	Anexo V - Modelo de Proposta de Preços
Anexo VII	Anexo VI - Declaração de Conhecimento das Condições do Certame
Anexo VIII	Anexo VII - Declaração de Responsabilidade Social
Anexo IX	Anexo VIII - Declaração de Idoneidade
Anexo X	Anexo IX -Declaração Geral
Anexo XI	Anexo X - Minuta de Ata de Registro de Preços
Anexo XII	Anexo XI - Minuta de Contrato

TERMO DE REFERÊNCIA

Processo nº AGSUS.004410/2025-96

REGISTRO DE PREÇOS PARA FORNECIMENTO NACIONAL DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPIS) POR GRUPOS REGIONAIS

1. DO OBJETO

- 1.1. O objeto deste Termo de Referência é o Registro de Preços para a eventual contratação de empresas especializadas no fornecimento de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), em âmbito nacional, organizados em **14 (quatorze) Grupos Regionais**, destinados aos profissionais da Agência Brasileira de Apoio ao SUS - AgSUS, conforme especificações e quantitativos descritos nos Anexos deste Termo.
- 1.2. A seleção será dividida exclusivamente por **GRUPOS REGIONAIS**, facultando-se ao licitante participar em quantos grupos forem de seu interesse, desde que ofereça proposta para a totalidade dos itens que compõem cada grupo escolhido.
- 1.3. Fica permitido à Contratante a execução e a contratação individual dos itens ou a aquisição integral dos grupos (kits) separadamente, respeitando, em qualquer das situações, o menor preço registrado por item e por grupo em Ata de Registro de Preços.

2. DA CLASSIFICAÇÃO DO OBJETO

- 2.1. O objeto enquadra-se como bens comuns, com padrões de qualidade e desempenho objetivamente definidos por especificações usuais de mercado.

3. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

- 3.1. A presente contratação será realizada por meio da modalidade Pregão, na forma eletrônica conforme previsto na alínea "a" inciso II do art. 4º da Resolução CDA nº 23, de 16 de junho de 2025, que aprova o Regulamento de Compras e Contratações da Agência Brasileira de Apoio à Gestão do Sistema Único de Saúde - AgSUS. Nos termos do referido dispositivo:

Art. 4º No âmbito da AgSUS, a aquisição de bens, a contratação de serviços, incluindo os de engenharia e publicidade, bem como as alienações e locações, serão precedidos de processos seletivos para a escolha de fornecedores, que se darão pelas seguintes modalidades:

II - Processo de Seleção: chamamento aberto a qualquer interessado que comprove possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos para a execução do objeto, divulgado por meio de edital, quando o valor estimado do objeto for superior àquele estabelecido em Resolução do Conselho Deliberativo da AgSUS, classificando-se em:

a) Pregão - para aquisição de bens e serviços comuns, inclusive os de engenharia, qualquer que seja o valor estimado da contratação, realizado em sessão pública eletrônica que permita o envio de propostas com lances eletrônicos;

4. JUSTIFICATIVA

- 4.1. A Agência Brasileira de Apoio ao SUS - AgSUS, foi criada com o compromisso de dar apoio operacional às políticas do Ministério da Saúde, com ênfase na Atenção à Saúde Indígena nos diferentes níveis, conforme as competências definidas na Lei nº 13.958, de 18 de dezembro de 2019, posteriormente atualizada pela Lei nº 14.621, de 14 de julho de 2023.
- 4.2. A partir da assinatura do Contrato de Gestão nº 02/2024, celebrado com o Ministério da Saúde, e nos termos da Resolução do Conselho Deliberativo nº 16, de 08 de outubro de 2024, a AgSUS foi oficialmente autorizada, a partir de 14 de outubro de 2024, a atuar na execução de ações voltadas ao desenvolvimento de políticas públicas de saúde do Sistema Único de Saúde (SUS), com foco na atenção primária e na saúde indígena em diferentes níveis, em âmbito nacional, conforme as diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Saúde.
- 4.3. Os itens de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) foram definidos de acordo com as necessidades dos trabalhadores da saúde indígena, considerando as atividades desempenhadas nos territórios e os riscos ocupacionais a que estão expostos, de modo a assegurar o cumprimento das Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). A adoção dos EPIs recomendados é fundamental para garantir a proteção adequada dos profissionais e a regularidade das ações desenvolvidas pela AgSUS enquanto entidade empregadora. Ressalta-se que a AgSUS já realizou estudos técnicos por meio de seus Programas de Segurança e Saúde do Trabalhador, os quais identificaram os riscos ocupacionais e definiram os equipamentos de proteção individual adequados para cada categoria profissional contratada, em consonância com as atividades exercidas e os ambientes de trabalho. Esses estudos subsidiam tecnicamente a especificação dos EPIs a serem adquiridos, garantindo adequação, proporcionalidade e conformidade normativa.

4.4. Portanto, a aquisição de EPIs é uma medida essencial para proteger o bem-estar dos trabalhadores e cumprir as obrigações legais, assegurando a integridade física dos profissionais da Agência no desempenho de suas atividades nos territórios indígenas, bem como em outros projetos da Agência que envolvam áreas técnicas de risco, incluindo atividades de saúde e demais ações operacionais que demandem a utilização desses equipamentos de proteção individual.

4.5. De acordo com as Normas Regulamentadoras - NR 6, a empresa é obrigada a fornecer aos empregados, gratuitamente, EPI adequado ao risco, em perfeito estado de conservação e funcionamento sempre que as medidas de ordem geral não ofereçam completa proteção contra os riscos de acidentes do trabalho ou de doenças profissionais e do trabalho. Não se trata, portanto, de mera faculdade, mas de exigência normativa prevista, inclusive, na legislação trabalhista (Art. 166, da CLT).

4.5.1. **JUSTIFICATIVA DA ADOÇÃO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**

4.5.2. A adoção do Sistema de Registro Preços (SRP) justifica-se por sua adequação à aquisição de bens com previsão de entregas parceladas/fornecimento que se encaixa perfeitamente ao que se alinha ao objeto ora pretendido. Tal utilização está amparada nas hipóteses previstas nos incisos I, II e III do conforme no inciso XVI, art. 3º art. 23º do Regulamento de Compras e Contratações da AgSUS, aprovado pela Resolução CDA nº 23/2025:

Art. 23 O Registro de Preço poderá ser adotado nas modalidades cotação de preço, pregão e concorrência, visando o cadastramento do menor preço obtido para determinado bem ou serviço, nos prazos e condições estabelecidos em edital de seleção, de forma a possibilitar a aquisição direta na medida das seguintes necessidades:

I - quando se decidir, em juízo de conveniência, que a aquisição do bem se dará com fornecimento parcelado; e/ou

II - quando, pelas características do bem ou do serviço, houver necessidade de aquisições frequentes; e/ou

III - quando não for possível estabelecer previamente o quantitativo exato para o atendimento das necessidades.

4.6. A opção por agrupar a aquisição dos itens por região tem como principal objetivo otimizar a logística de fornecimento e distribuição dos materiais, considerando as dimensões territoriais do país e as particularidades de acesso a cada localidade.

4.6.1. A adoção de grupos regionais possibilita maior eficiência no planejamento e execução das entregas, reduzindo custos com transporte, armazenamento e prazos de entrega. Essa medida também favorece a participação de fornecedores localizados em diferentes regiões, ampliando a competitividade e permitindo o atendimento mais ágil e adequado às especificidades de cada área.

4.6.2. Além disso, o agrupamento regional facilita o acompanhamento e a fiscalização do cumprimento contratual, possibilitando melhor controle operacional e menor risco de atrasos ou falhas na logística, especialmente em áreas de difícil acesso ou com infraestrutura limitada.

4.6.3. Dessa forma, a divisão por regiões apresenta-se como a alternativa mais racional e eficiente para garantir economicidade, agilidade na entrega e efetividade no atendimento das necessidades institucionais.

5. **DO REGISTRO DE PREÇO**

5.1. O procedimento observará o Regulamento de Compras e Contratações da Agência, com fundamento no Registro de Preços, aplicável quando houver aquisições frequentes e/ou impossibilidade de estabelecer previamente os quantitativos exatos.

5.2. **FORMALIZAÇÃO**

5.2.1. Após a homologação da presente seleção de fornecedores, serão observadas as seguintes condições para a formalização da Ata de Registro de Preços:

I - serão registrados na ata os preços e os quantitativos do(s) adjudicatário(s);

5.3. **ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

5.3.1. Após os procedimentos previstos no item 2.2, o proponente mais bem classificado, será convocado para assinar a Ata de Registro de Preços no prazo de 5 (cinco) dias úteis, sob pena de decadência do direito, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas.

I - prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do proponente mais bem classificado, desde que:

a) solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

b) justificativa apresentada seja aceita pela AgSUS.

5.3.2. A Ata de Registro de Preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Portal da AgSUS.

5.3.3. Na hipótese de o convocado não assinar a Ata de Registro de Preços no prazo e nas condições estabelecidos no item 2.3.1, fica facultado a AgSUS convocar os proponentes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

I - Na hipótese de nenhum dos proponentes de que o item 2.2.1 aceitar a contratação nos termos do disposto no caput deste artigo, a AgSUS, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

a) convocar os proponentes subsequentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

b) adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos proponentes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.3.4. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas,

mas não obrigará a AgSUS a contratar, facultada a realização de seleção de fornecedores específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

5.4. VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.4.1. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada no máximo por igual período, desde que o preço registrado se mantenha vantajoso, podendo ser restabelecidas as condições iniciais da ata, inclusive quantitativos nos termos art. 26, do Regulamento de Compras e Contratações da AgSUS, aprovado pela Resolução CDA n.º 23/2025.

5.5. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.5.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, nas seguintes situações:

5.5.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da Ata tal como pactuada;

5.5.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados; ou

5.5.1.3. Após o interregno de um ano, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

5.6. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

5.6.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, por motivo superveniente, a AgSUS convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

I - Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

II - Na hipótese prevista no inciso I, a AgSUS convocará os fornecedores remanescentes, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado.

III - Se não obtiver êxito nas negociações, a AgSUS procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do disposto no item 2.7, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção de contratação mais vantajosa.

5.6.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer à AgSUS a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que o impossibilite de cumprir o compromisso.

I - Para fins do disposto no item 2.6.1, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

II - Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pela AgSUS e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do disposto no item 8.6, sem prejuízo da aplicação das sanções na legislação aplicável.

III - Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do disposto no inciso II, o gerenciador convocará os fornecedores remanescentes, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados.

IV - Se não obtiver êxito nas negociações, a AgSUS procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do disposto 2.7, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

V - Na hipótese de comprovação do disposto no item 2.6.1 e no inciso I, a AgSUS atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

5.7. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

5.7.1. O registro do fornecedor será cancelado pela AgSUS, quando o fornecedor:

I - descumprir as condições da ata de registro de preços sem motivo justificado;

II - não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no inciso II do item 2.6.2; ou

III - sofrer sanção de suspensão do direito de licitar ou contratar com a AgSUS

5.7.2. O cancelamento do registro nas hipóteses previstas no item 2.7.2 será formalizado por despacho da AgSUS, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa, nos termos do regulamento de compras da AgSUS.

5.7.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, a AgSUS poderá convocar os proponentes remanescentes, observando a ordem de classificação.

5.8. CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.8.1. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pela AgSUS, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

I - por razão de interesse da Agência;

II - a pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

III - se não houver êxito nas negociações, nos termos do disposto no inciso III, do item 2.8.1 e no

6. ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA DO OBJETO

6.1. **Escopo:** Fornecimento e entrega de kits de EPIs, por grupos regionais que serão entregues por cargo e função, permitido a contratante executar individualmente os itens de cada kit separadamente, conforme **Anexo I e II**, incluindo tamanhos e graduações necessários para perfeita adequação ao usuário.

6.2. Requisitos gerais dos produtos:

6.2.1. Atendimento integral à NR 6 e demais normas pertinentes (segurança e saúde no trabalho);

6.2.2. Apresentação de **Certificado de Aprovação (CA)** válido, expedido pelo órgão competente do Ministério do Trabalho e Emprego, no ato da entrega, para todos os itens classificados como Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), conforme definido na NR-6.

6.2.3. Para os itens que não se enquadram como EPIs, não será exigida a apresentação de CA. Nesses casos, o fornecedor deverá comprovar, de forma adequada e suficiente, a conformidade do produto com as normas técnicas e regulamentares aplicáveis, mediante apresentação de documentação pertinente, tais como certificados de conformidade, laudos técnicos, registros, autorizações ou outras evidências emitidas por organismos competentes, quando exigíveis, assegurando-se o atendimento aos requisitos de qualidade, segurança e desempenho previstos na legislação vigente.

6.2.4. Produtos novos, de primeira qualidade, com identificação do fabricante, lote e data de fabricação/validade quando aplicável;

6.2.5. Embalagens originais íntegras, com instruções de uso, conservação e descarte;

6.2.6. Tamanhos: oferta de grade completa (P, M, G, GG e demais variações), quando aplicável;

6.2.7. Protetores respiratórios (PFF2) com CA em vigor;

6.2.8. Calçados de segurança com CA válido;

6.2.9. Capacetes, luvas, óculos, cintos, vestimentas especiais e demais itens com CA;

6.2.10. Fornecimento de materiais de manutenção/consumo para uso dos EPIs quando aplicável (ex.: elásticos/tiras para respiradores semi-faciais, kits de substituição de lentes, etc.), se exigido no pedido.

6.3. Condições de fornecimento:

a) Os kits deverão ser entregues conforme quantidades informadas pelas área demandante, dispostas na autorização de fornecimento por unidade;

b) Cada kit de EPI, por profissional, deverá ser completo e pronto para uso, conforme Anexo I;

c) Entregas descentralizadas nos locais listados no Anexo III.

7. GARANTIA DOS PRODUTOS

7.1. Garantia mínima de 1 ano, contada do recebimento definitivo, sem prejuízo de garantias legais.

7.2. Todos os produtos classificados como Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) deverão possuir Certificado de Aprovação (CA) válido, expedido pelo órgão competente do Ministério do Trabalho e Emprego, com prazo mínimo remanescente de 12 (doze) meses de validade, contado da data da assinatura do contrato. A comprovação da validade do CA será exigida do licitante vencedor como condição para a contratação, mediante apresentação do respectivo certificado válido ou por meio de consulta ao sistema oficial do órgão competente. O não atendimento a essa exigência impedirá a formalização do contrato, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas cabíveis. Para os itens não classificados como Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), deverá ser apresentada comprovação de atendimento às normas técnicas e regulamentares aplicáveis, bem como, quando exigível, certificação, registro ou autorização válida emitida pelo órgão regulador competente.

7.3. Substituição/troca de produtos com defeito, avarias de transporte/embalagem ou em desconformidade, sem ônus à Agência, no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis após notificação.

7.4. Produtos substituídos deverão ter especificações técnicas iguais ou superiores, mediante aprovação prévia da Agência, sem custos adicionais.

7.5. **A critério da Contratante, a empresa provisoriamente classificada em primeiro lugar será convocada a apresentar amostras dos itens para avaliação técnica, com prazo de até 8 (oito) dias para entrega, contados a partir da solicitação. O aceite ou eventual observação sobre as amostras será condição para a continuidade do processo de seleção.**

7.6. As amostras deverão estar identificadas com: número do processo e edital; item(ns) e descrição; razão social e contato do representante.

7.7. As amostras poderão ser abertas e manuseadas para testes e serão devolvidas no estado em que se encontrarem após avaliação.

7.8. Poderão ser solicitados esclarecimentos complementares em até 2 dias úteis; a falta ensejará desclassificação.

7.9. A não apresentação ou atraso na entrega das amostras, sem justificativa aceita, resultará na recusa da proposta.

7.10. Amostras aprovadas não serão computadas no quantitativo de fornecimento e deverão ser retiradas pela licitante em até 10 dias úteis após conclusão da análise.

7.11. Em reprovação, será analisada a amostra do subsequente classificado, e assim sucessivamente.

7.12. Todos os custos relacionados ao envio de amostras para fins de avaliação correrão exclusivamente às expensas do fornecedor, não cabendo à Administração qualquer ônus, reembolso ou compensação a esse título.

7.13. **O fornecimento de amostras observará as demais especificidades dispostas conforme cláusula 15 e subsequentes.**

8. CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO E RECEBIMENTO

8.1. Prazo de entrega: até 30 dias corridos após cada autorização de fornecimento.

8.2. Recebimento Provisório: inspeção no ato da entrega por representante designado, com verificação de quantidade, integridade e documentação (incluindo CA válido).

8.3. Recebimento Definitivo: após conferência técnica e quantitativa pelo setor competente e atesto na nota fiscal.

8.4. Serão recusados itens sem CA válido, fora de especificação, de qualidade inferior ou sem a devida identificação do fabricante.

8.5. É obrigatória a apresentação de folder, catálogo ou prospecto técnico do fabricante, em língua portuguesa, contendo as especificações técnicas dos itens ofertados, a ser apresentada junto com a proposta comercial. Produtos entregues em desacordo com as especificações técnicas aprovadas serão recusados, sem prejuízo das sanções cabíveis.

8.6. Em caso de divergência de quantidade, qualidade, CA ou especificações, a Contratada deverá sanar em até 15 dias úteis após comunicação formal.

8.7. Todas as despesas com recolhimento e reentrega por desconformidade são da Contratada.

9. MODELO DE EXECUÇÃO E GESTÃO DA ATA

9.1. Após adjudicação e homologação do certame, será assinada a Ata de Registro de Preços com o(s) vencedor(es) de cada grupo/região.

9.2. As entregas dos produtos deverão ser realizadas no endereço e nos prazos indicados na AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO a ser informado pela CONTRATANTE, conforme previstos no Anexo III.

9.3. A equipe de fiscalização emitirá as autorização de fornecimento conforme as necessidades.

9.4. Os prazos de entrega estabelecidos por grupo são independentes entre si. Caso o mesmo licitante seja vencedor de mais de um grupo, os prazos permanecerão conforme definidos para cada grupo ou item individualmente, não se admitindo a soma ou ampliação dos prazos totais em razão da quantidade de grupos e item adjudicados.

9.5. A CONTRATADA deverá realizar as entregas dos itens em dias úteis, de segunda a sexta-feira, mediante agendamento prévio com a CONTRATANTE, exclusivamente pelo e-mail suprimentos.ulog@agenciasus.org.br, informando o número do pedido, a transportadora responsável, a quantidade de volumes e a previsão de data para entrega.

9.6. O fornecedor deverá adotar capacidade produtiva e logística compatíveis com o volume adjudicado.

9.7. O prazo de entrega será contado a partir do primeiro dia útil subsequente ao recebimento da autorização de fornecimento, que se dará por meio de envio ao endereço eletrônico oficial indicado pela contratada.

9.8. O recebimento ocorrerá somente durante o horário comercial, não sendo aceitas entregas em finais de semana ou feriados.

9.9. Considerar-se-á a autorização de fornecimento formalmente recebida: I - na data da confirmação expressa de leitura ou resposta eletrônica da contratada; ou II - automaticamente após 1 (um) dia útil do envio do e-mail, ainda que não haja confirmação, desde que comprovado o encaminhamento ao endereço eletrônico informado no contrato.

9.10. A prorrogação do prazo de entrega poderá ser solicitada de forma excepcional, mediante justificativa documental, e será analisada e acatada pelo fiscal, devendo ser enviada com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis antes do vencimento do prazo original.

9.11. A entrega parcial dos materiais não gerará pagamento parcial, exceto quando houver autorização expressa e formal da CONTRATANTE, devidamente registrada pelo fiscal responsável. Todo pagamento estará condicionado à aceitação formal dos itens entregues, de acordo com os critérios de inspeção e conformidade estabelecidos neste Termo de Referência e seus anexos.

10. ETAPAS DA CONTRATAÇÃO

10.1. Assinatura da Ata de Registro de Preços: até 5 dias úteis.

10.2. Consolidação de pedidos: até 10 dias úteis após assinatura.

10.3. Emissão das autorizações de Fornecimento, com grade de tamanhos e distribuição: até 5 dias úteis.

10.4. Entrega dos materiais: Ocorrerá conforme Cronograma de Entrega (Anexo IV), contados a partir do recebimento de cada Autorização de Fornecimento.

10.5. Recebimento Provisório: no ato da entrega, pelas unidades regionais.

10.6. Inspeção técnica e dimensional local: até 10 dias úteis, a critério da contratante.

10.7. Envio do relatório de conformidade à Sede: até 5 dias úteis.

10.8. Recebimento Definitivo (Atesto): até 10 dias úteis.

10.9. Pagamento: O pagamento ocorrerá após 20 (vinte) dias úteis do Recebimento Definitivo (Atesto), e estará condicionado à **comprovação da execução satisfatória dos serviços/entrega de produtos**, mediante aceite formal do Contratante.

11. **LOCAIS DE ENTREGA, PRAZOS E CONDIÇÕES**

11.1. As entregas ocorrerão nos endereços indicados nas respectivas autorizações de fornecimento. Os locais de entrega corresponderão, preferencialmente, àqueles relacionados no Anexo III, que constará as cidades de destino. O endereço exato será informado na autorização de fornecimento, podendo, entretanto, ser indicados outros endereços situados nas mesmas cidades, conforme a necessidade da AgSUS, sem que isso implique alteração do objeto contratual ou acréscimo de custos para a contratada.

11.2. **O quantitativo total será distribuído entre todas as regiões, conforme indicação especificada na respectiva autorização de fornecimento.**

11.3. Agendamento de entrega obrigatório via e-mail suprimentos.ulog@agenciasus.org.br, informando pedido, transportadora, volumes e previsão da data de chegada do material.

12. **APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS**

12.1. A proposta de preços deverá ser apresentada, de forma clara e objetiva, contemplando todos os custos diretos e indiretos necessários ao cumprimento integral do objeto.

12.2. A proposta deverá conter obrigatoriamente:

12.3. a) Preço unitário e global do item ou grupo, expressos em algarismos e por extenso (prevalecendo o valor por extenso em caso de divergência);

12.4. b) Marca e fabricante dos produtos ofertados;

12.5. c) Descrição detalhada dos itens, podendo se referir a kits ou itens isolados, incluindo prazos de validade e/ou garantia, quando aplicável;

12.6. d) Prazo de validade da proposta: mínimo de 60 (sessenta) dias;

12.7. e) Declaração de que os preços incluem todos os custos diretos e indiretos, tributos, encargos e despesas;

12.8. f) Dados cadastrais: razão social, CNPJ, endereço completo, telefone, dados bancários (banco, agência, conta-corrente) e chave PIX;

12.9. g)) Assinatura do representante legal e data de emissão da proposta.

12.10. A ausência de indicação do prazo de validade implicará aceitação tácita do prazo mínimo de 60 (sessenta) dias.

12.11. A proposta vincula a licitante quanto às especificações, condições comerciais e prazos ofertados, não sendo admitidas alterações posteriores que impliquem majoração de preços ou modificação de condições.

13. **CONDIÇÃO DE ACEITAÇÃO DA PROPOSTA — (INSPEÇÃO IN LOCO):**

13.0.1. Como condição para a aceitação definitiva da proposta, a AgSUS poderá realizar, a seu critério, inspeção in loco nas instalações da licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar, a fim de verificar a existência e a adequação de estrutura física, equipamentos, estoques, processos de controle de qualidade, equipe técnica/operacional e capacidade logística compatíveis com as exigências do edital e com o objeto licitado.

13.1. A inspeção será agendada com antecedência mínima de 48 horas e deverá ocorrer em até 5 dias úteis após a convocação, contando com a presença de representante legal ou preposto formalmente autorizado, facultada a produção de registros fotográficos, vídeos e relatório técnico.

13.2. A recusa injustificada, a obstrução ao acesso, a apresentação de informações inverídicas ou a constatação de inadequação material às condições exigidas ensejarão a desclassificação da licitante e a convocação da subsequente, sem prejuízo das sanções cabíveis.

13.3. Caso solicitada a inspeção, a aceitação da proposta somente ocorrerá após a emissão de relatório técnico conclusivo atestando a conformidade; a inspeção não implicará alteração dos preços ofertados nem obrigação de contratação.

13.4. Na impossibilidade devidamente justificada de verificação presencial, a AgSUS poderá, a seu exclusivo critério, realizar verificação remota por videoconferência e documentação comprobatória complementar.

13.5. As despesas com inspeção fora do município-sede da AgSUS não serão imputadas à licitante. Os registros produzidos poderão ser utilizados para fins de auditoria e serão tratados conforme a legislação aplicável.

13.6. Os registros produzidos poderão ser utilizados para fins de auditoria e serão tratados conforme a legislação aplicável.

14. **CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO**

14.1. **Regularidade jurídica:**

14.2. Prova de inscrição com situação ativa no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

14.3. Registro Comercial, no caso de empresa individual, ou Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em

vigor, e a última alteração, se houver, devidamente registrados, acompanhados de prova da diretoria em exercício, em se tratando de associação ou sociedade, com documento de eleição dos administradores, no caso de sociedade por ações.

14.4. Documentos de identificação do representante legal, bem como comprovantes societários, incluindo ato constitutivo, estatuto, contrato social e suas alterações, ou registro comercial, e autorizações específicas quando exigidas. Além disso, para atender aos critérios de regularidade jurídica, **a empresa deve comprovar que atua no ramo de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs)** descrição constante no Cartão CNPJ (atividade econômica principal ou secundária relacionada a comércio ou fabricação de EPIs) e que possui situação regular perante os órgãos competentes, assegurando a capacidade legal para celebrar e executar o contrato.

14.5. Em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, Decreto ou prova de registro da autorização para funcionamento, expedido pelo órgão competente quando legalmente exigido.

14.6. **Qualificação técnica:**

14.7. Atestados, Declarações ou Certidões de capacidade operacional, fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, impressos em papel timbrado da empresa emitente, devidamente assinados, onde deverá estar comprovada a aptidão do interessado participante para desempenho de atividades pertinentes e compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto pretendido;

14.8. Os atestados de capacidade técnica deverão comprovar experiência anterior em, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do quantitativo do objeto licitado por grupo.

14.8.1. O licitante for classificado para mais de 1(um) grupo deverá comprovar para sua classificação técnica o percentual de 25% (vinte e cinco por cento) para cada grupo, não serão admitidos a apresentação dos mesmo atestados/Notas Fiscais para diferentes grupos.

14.8.2. A experiência anterior é cumulativa.

14.9. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante;

14.10. Os atestados de capacidade técnica podem ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

14.11. O(s) atestado(s) ou declaração(ões) de capacidade técnica deverá(ão) se referir a objetos prestado no âmbito de sua atividade econômica principal e/ou secundária especificadas no contrato social registrado na junta comercial competente;

14.12. A AgSUS poderá, a seu critério, diligenciar para verificar a autenticidade e a veracidade das informações.

14.13. O não atendimento desta condição desclassificará a empresa, provisoriamente classificada em primeiro lugar.

14.14. O(s) Atestado(s) de Capacidade Técnica deverá(ão) ser emitido(s) em papel timbrado do ateste, contendo as seguintes informações: nome da empresa, razão social, CNPJ, nome, cargo e assinatura do responsável pela informação e demais dados técnicos, se houver, período de realização do objeto contratual e manifestação quanto à qualidade e/ou satisfação do fornecimento;

14.15. Poderá ser requerido, a critério da Comissão de Seleção, de forma a complementar às informações, outro(s) documento(s) comprobatório(s), tais como contrato e/ou nota fiscal, que ateste(m) a(s) exigência(s) requerida(s);

14.16. Não serão considerados válidos atestados ou certificados emitidos por empresas privadas pertencentes ao mesmo grupo empresarial da proponente.

14.17. **Regularidade fiscal e trabalhista:**

14.18. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados;

14.19. Certidão de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

14.20. Certidão de regularidade com a Fazenda Distrital ou Estadual e Municipal do domicílio ou sede do proponente, quando couber; e

14.21. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas emitida pela Justiça do Trabalho.

14.22. **Qualificação econômico-financeira:**

14.23. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, ou balanço de abertura no caso de empresa recém-constituída, que comprovem a situação financeira da empresa.

14.24. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física ou, se for o caso, Plano de Recuperação Judicial homologado em juízo.

14.25. A comprovação da boa situação financeira da empresa será baseada no resultado da aplicação das fórmulas abaixo. A comprovação de patrimônio líquido não inferior a 5% (cinco por cento) do valor da proposta, será exigida no caso de a licitante apresentar resultado igual ou inferior a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC). As licitantes deverão apresentar documento onde fique demonstrado a aplicação das fórmulas abaixo:

(Ativos Circulantes + Ativos Realizáveis a Longo Prazo)

LG =

(Passivos Circulantes + Passivos Exigíveis a Longo Prazo)

$$SG = \frac{\text{(Ativo Total)}}{\text{(Passivos Circulantes + Passivos Exigíveis a Longo Prazo)}}$$

$$LC = \frac{\text{(Ativos Circulantes)}}{\text{(Passivos Circulantes)}}$$

15. FORMA DE SELEÇÃO E DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA

15.1. O critério de julgamento da proposta será o menor preço por grupo. Os valores unitários registrados servirão de base para a execução contratual, não podendo ultrapassar os preços máximos de referência estabelecidos. Para fins de comprovação da qualidade e conformidade, o licitante deverá identificar a marca do produto e o respectivo Certificado de Aprovação (CA) válido. A Agência reserva-se o direito de diligenciar e exigir, a qualquer tempo, a apresentação de catálogo, folder, ficha técnica ou documento oficial do fabricante para validar as especificações ofertadas.

15.2. Da exigência de amostra:

15.2.1. Havendo o aceite da proposta quanto ao preço, o licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar amostras de todos os itens do respectivo grupo para análise e aprovação da área técnica competente, como condição para a adjudicação do objeto.

15.2.2. O licitante será formalmente convocado para sua entrega, devendo providenciá-la no prazo máximo de 8 (oito) dias corridos, contados do recebimento da convocação. As amostras deverão ser entregues na sede da Contratante, situada à **SEPN CRN 514 Bloco D - Plano Piloto, Brasília - DF, 70750-525, Brasília - DF**, observadas as demais orientações eventualmente estabelecidas.

15.2.3. As amostras deverão estar devidamente identificadas, contendo, no mínimo, as seguintes informações:

- a) número do processo e do edital;
- b) item (ns) e respectiva descrição;
- c) razão social da licitante; e
- d) nome e contato do representante responsável.

15.2.4. **As amostras serão avaliadas pela Equipe Técnica da área demandante para verificação de sua conformidade com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência.**

15.2.4.1. **A análise será realizada em conformidade com os padrões mínimos de aceitabilidade e qualidade estabelecidos no item 6.2 do Termo de Referência e no Anexo II.**

15.3. As amostras poderão ser abertas, manuseadas e submetidas a testes necessários à verificação de suas características e qualidade, sendo devolvidas no estado em que se encontrarem após a avaliação.

15.4. Durante o processo de análise, poderão ser solicitados esclarecimentos ou informações complementares à licitante, que deverá atendê-los no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, sob pena de desclassificação da proposta.

15.5. A não apresentação das amostras ou o atraso na entrega, sem justificativa aceita pela Contratante, acarretará a recusa da proposta correspondente.

15.6. Em caso de reprovação da amostra, será procedida a análise da amostra do licitante subsequente na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até que se obtenha amostra considerada aprovada pela Equipe Técnica.

15.7. Após a contratação, os produtos fornecidos deverão corresponder fielmente à amostra aprovada, sendo passível de rejeição, substituição ou aplicação das penalidades contratuais cabíveis qualquer fornecimento que apresente divergências quanto ao padrão, cor, material, modelo ou qualidade.

15.8. As amostras apresentadas permanecerão sob a guarda da Contratante até a conclusão da análise. As amostras aprovadas **não serão** computadas no quantitativo de fornecimento e deverão ser retiradas pela licitante no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis após a conclusão da análise técnica.

15.9. As amostras dos licitantes não vencedores poderão ser devolvidas mediante solicitação formal, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data da assinatura do contrato. As amostras não reclamadas dentro desse prazo poderão ser descartadas pela Contratante, sem direito a indenização ou ressarcimento.

15.10. A reapresentação de amostras será admitida uma única vez, mediante justificativa formal da Contratante, quando as não conformidades identificadas forem passíveis de correção sem alteração das especificações essenciais do produto. O prazo para reapresentação será de até 3 (três) dias úteis, contados a partir da notificação do licitante.

15.11. O resultado da avaliação das amostras será registrado em Relatório Técnico, elaborado e assinado pela Equipe Técnica da área demandante, devendo conter a descrição detalhada da análise, o parecer conclusivo e a indicação quanto à aprovação ou reprovação de cada amostra apresentada.

15.12. A avaliação técnica dos itens ofertados será realizada exclusivamente com base nos documentos apresentados pela licitante, incluindo todas as exigências técnicas, apresentados juntamente com a proposta. Tal documentação será utilizada para a verificação da conformidade dos itens ofertados com as especificações estabelecidas neste instrumento convocatório, constituindo condição para a classificação da proposta. A ausência de documentação técnica suficiente ou a constatação de desconformidade com as especificações exigidas implicará na desclassificação da proposta. Os produtos entregues deverão corresponder integralmente às especificações técnicas

aprovadas na fase de julgamento, inclusive quanto à marca, modelo e características técnicas, sendo passíveis de recusa no recebimento caso não atendam ao exigido.

15.13. A documentação técnica apresentada deverá estar claramente identificada, contendo, no mínimo: Número do processo e do edital;

15.14. Poderão ser solicitados esclarecimentos complementares em até 4 dias úteis; a falta ensejará desclassificação.

15.15. A não apresentação dos esclarecimentos no prazo estabelecido, ou a apresentação de informações insuficientes ou incompatíveis com as especificações exigidas, ensejará a desclassificação da proposta.

15.16. A ausência da documentação técnica exigida, bem como a apresentação intempestiva ou em desacordo com o edital, resultará na recusa da proposta, sem prejuízo da convocação do licitante subsequente, observada a ordem de classificação.

15.17. Em reprovação, será analisada a amostra do subsequente classificado, e assim sucessivamente.

15.18. Deve ser considerada vencedora, a empresa que apresentar a proposta com o menor valor global, desde que atendidas todas as condições estabelecidas no instrumento convocatório e seus anexos, inclusive quanto à habilitação jurídica, fiscal, trabalhista e à qualificação técnica e econômico-financeira.

15.19. Na hipótese de a documentação encaminhada não permitir, de forma inequívoca, a verificação da conformidade com as especificações exigidas, a AgSUS poderá, a seu critério, instaurar diligência junto ao proponente, com a finalidade de dirimir dúvidas técnicas ou solicitar complementação documental, nos termos da legislação vigente.

15.20. Pregão eletrônico, modo de disputa aberto.

15.21. Critério: Menor Preço por GRUPO (por grupo regional), respeitado o menor preço por item, condicionada à aprovação de amostras, a critério da contratante e ao atendimento das condições de habilitação.

15.22. Serão desclassificadas propostas que não atendam ao edital, apresentem preços inexequíveis ou não comprovem a exequibilidade quando demandado.

16. SUBCONTRATAÇÃO

16.1. Será permitida a subcontratação parcial de atividades específicas, como transporte ou logística, desde que a Contratada permaneça integralmente responsável pelo cumprimento de todas as obrigações contratuais, qualidade, prazos e condições previstas neste Termo de Referência.

17. DA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO

17.1. No presente caso, não será admitida a participação de empresas em consórcio, tendo em vista que a execução direta por fornecedor único simplifica a gestão contratual, assegura maior controle de qualidade e reduz riscos de conflitos de responsabilidade entre consorciadas.

17.2. A divisão do objeto em grupos por região já garante ampla competitividade e viabilidade logística, razão pela qual a formação de consórcio não se mostra vantajosa nem necessária para o atendimento do objeto contratual.

18. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

18.1. A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

I - efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

II - responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

III - assumir inteira responsabilidade pela entrega dos equipamentos, como frete, tributos, seguros e quaisquer outros encargos;

IV - substituir ou corrigir qualquer material entregue quando detectado qualquer defeito, ou ainda se em divergência com as especificações contidas;

V - comunicar a CONTRATANTE no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

VI - manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na seleção de fornecedores;

VII - indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;

VIII - apresentar amostras quando convocada; acatar as orientações da fiscalização;

IX - não veicular publicidade sem autorização; cumprir normas de Saúde e Segurança do Trabalho; e

X - responder por multas e penalidades decorrentes de atrasos e imperfeições.

19. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

19.1. São obrigações da CONTRATANTE:

- I - receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- II - verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- III - comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- IV - acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA;
- V - efetuar o pagamento à CONTRATADA no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste Termo de Referência;
- VI - A primeira aquisição corresponderá a aproximadamente 30% (trinta por cento) das quantidades estimadas por DSEI. As aquisições subsequentes deverão observar pedido mínimo no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), com a finalidade de assegurar a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da proposta.

19.2. A CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

20. ESTIMATIVA DE PREÇOS E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

20.1. O preço de referência será obtido após pesquisa de mercado realizada pelo setor competente da AgSUS.

20.2. Os recursos necessários para cobrir os custos da aquisição mencionada neste Termo de Referência, serão fornecidos pelo Orçamento da AgSUS, através da unidade específica designada para tal.

21. LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO À CONTRATADA

21.1. A CONTRATANTE atestará a realização dos serviços objeto da presente contratação pela CONTRATADA, nas condições exigidas neste Termo de Referência e respectivos Contrato e Ata de Registro de Preços, constituindo tal atestado requisito indispensável para a liberação dos pagamentos à CONTRATADA.

21.2. A CONTRATADA encaminhará a Nota Fiscal, discriminando todas as importâncias devidas, com descritivo detalhado e correspondente aos suprimentos efetivamente fornecidos e dos serviços efetivamente prestados, acompanhada da(s) respectiva(s) Autorização(ões) de Fornecimento, devidamente assinadas pela CONTRATANTE.

21.3. A Contratada deverá encaminhar a cópia da Nota Fiscal imediatamente após a sua emissão para o e-mail **suprimentos.ulong@agenciasus.org.br**, de forma a viabilizar o correto rastreio e conferência, possibilitando o acompanhamento e aceite dos itens fornecidos. O descumprimento desse procedimento poderá ocasionar atrasos no recebimento e no pagamento, sendo tais consequências de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA.

21.4. As notas fiscais deverão ser faturadas em nome da Agência Brasileira de Apoio à Gestão do SUS, CNPJ 37.318.510/0001-11, Inscrição Estadual CF/DF: 08.177.294/001-70.

21.5. Todas as despesas relativas ao transporte, frete, seguro contra perdas e avarias, bem como carga e descarga dos equipamentos, correrão por conta da Contratada.

21.6. O pagamento será efetuado no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, após o recebimento definitivo e atesto da nota fiscal, por meio de transferência bancária para a conta indicada pela CONTRATADA, especificando banco, agência e conta corrente de titularidade da CONTRATADA.

21.7. A CONTRATANTE se reserva o direito de não efetivar o pagamento caso, no ato do recebimento da fatura, as informações apresentadas não estejam condizentes com as especificações requeridas, até que seja promovida sua regularização/substituição. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á somente após a comprovação da regularização da situação, sem acarretar qualquer ônus para a CONTRATANTE.

21.8. Notas Fiscais que apresentarem incorreções serão devolvidas à CONTRATADA para as devidas correções. Nesse caso, o prazo de pagamento previsto nesta cláusula começará a contar a partir da data de reapresentação da Nota Fiscal/Fatura sem incorreções.

22. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (PENALIDADES)

22.1. Sem prejuízo da rescisão unilateral do contrato e da responsabilidade civil e penal cabíveis ao fornecedor, nos casos de inexecução total ou parcial do contrato, a AgSUS poderá aplicar as seguintes penalidades, assegurado a ampla defesa e o contraditório:

- I - Advertência;
- II - multa correspondente até 20% sobre o valor da parcela em caso de inexecução parcial, atraso, inadimplemento ou infração contratual;
- III - multa correspondente até 20% sobre o valor global do contrato, quando ficar caracterizada a recusa no cumprimento das obrigações;
- IV - suspensão de participação em seleção de fornecedores e impedimento de contratar com a AgSUS, pelo prazo de até 02 (dois) anos;
- V - solicitação aos órgãos governamentais competentes da caracterização de inidoneidade; e

VI - perda da caução em dinheiro ou execução das demais garantias oferecidas, sem prejuízo de outras penalidades estabelecidas no instrumento convocatório.

22.2. Durante o processo de escolha do fornecedor podem ser aplicadas as seguintes sanções:

I - desclassificação do participante;

II - perda do direito à contratação, em caso de não assinatura do contrato ou instrumento similar previsto no art. 59 do Regulamento de Compras e Contratações da AgSUS;

III - advertência; e

IV - suspensão temporária do direito de participar de processo de seleção de fornecedor e de contratar com a AgSUS, por até 02 (dois) anos.

22.3. A recusa injustificada em assinar o contrato, o instrumento de registro de preços ou instrumento equivalente, dentro do prazo fixado, irá caracterizar o descumprimento total da obrigação assumida e poderá acarretar ao participante da seleção de fornecedores as seguintes penalidades, na forma prevista no edital:

I - perda da contratação, sem prejuízo da apuração de perdas causados à AgSUS pela recusa; e

II - suspensão do direito de participar de seleção de fornecedores ou contratar com a AgSUS, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

22.4. As sanções previstas nesta solicitação poderão ser aplicadas cumulativamente.

22.5. Em caso de risco iminente, a AgSUS poderá motivadamente adotar providências acauteladoras, sem prévia manifestação da contratada/participante. O processo de aplicação de penalidades será instruído pela Diretoria Executiva, mediante provocação do fiscal do contrato, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa.

23. DA GARANTIA CONTRATUAL

23.1. A CONTRATADA para execução do objeto desta Seleção de Fornecedores, prestará, em até 05 (cinco) dias úteis da data de convocação para assinatura do contrato, garantia fixada em 5% (cinco por cento) do valor do Contrato, em favor da CONTRATANTE, nos termos do art. 65 do Regulamento de Compras e Contratações da AgSUS, podendo a CONTRATADA optar por uma das modalidades de garantia previstas no diploma legal:

I - **Caução em dinheiro;**

II - **Seguro-garantia;**

III - **Fiança bancária.**

23.2. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação das sanções administrativas previstas no contrato e poderá ensejar a rescisão contratual.

23.3. A garantia prestada pela contratada será liberada ou restituída após a execução do contrato, devendo ser atualizada monetariamente na hipótese da caução em dinheiro.

23.4. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

I - prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

II - prejuízos diretos causados à Agência decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato; e

III - multas moratórias e punitivas aplicadas à CONTRATADA

23.5. Para a apresentação de garantia, deve ser observado que:

23.6. A carta de fiança bancária deverá constar expressa renúncia, pelo fiador, aos benefícios do artigo 827 do Código Civil (Lei nº 10.406/2002); ser concedida nos termos e condições autorizadas pelo Banco Central do Brasil; ser concedida pelo valor integral exigido para a fiança; estabelecer prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas para cumprimento; ser irretratável, salvo no caso de substituição por outra modalidade de garantia; a caução em dinheiro deverá ser depositada em conta bancária de titularidade da Agência Brasileira de Apoio à Gestão do SUS, a ser informada oportunamente ao(s) licitante(s) vencedor(es);

23.7. A Apólice de seguro-garantia deve garantir o pagamento de quaisquer das multas contratuais previstas.

23.8. A garantia terá o seu valor atualizado anualmente pelo Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo - IPCA, fornecido pelo IBGE, e somente será liberada após o término do Contrato, em até 10 (dez) dias úteis, e com a comprovação inequívoca do pagamento de todos os encargos trabalhistas e previdenciários, por parte da CONTRATADA, mediante cópias autenticadas de todos os documentos exigidos pela legislação, referente aos empregados da CONTRATADA vinculados ao Contrato durante a sua execução.

23.9. Sempre que necessário poderá ocorrer a atualização da garantia, assim como sua complementação.

23.10. As demais informações sobre a garantia estão previstas no Termo de Referência e no Contrato a ser assinado com a CONTRATADA.

24. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL

24.1. O gestor do contrato acompanhará a fiscalização da entrega dos bens adquiridos, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

24.2. O acompanhamento e a fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições

técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da AgSUS ou de seus agentes e prepostos.

25. SIGILO

25.1. A CONTRATADA obriga-se a manter sigilo absoluto e confidencialidade sobre todas as informações, dados, documentos, processos e quaisquer outros conteúdos a que tiver acesso em razão da execução do contrato, independentemente do meio em que se apresentem (físico, digital ou verbal), da forma de acesso ou da eventual classificação quanto ao grau de sigilo

25.2. Esse dever de sigilo abrange, inclusive, informações geradas, armazenadas, processadas ou transmitidas por sistemas da Agência, bem como quaisquer dados produzidos durante a execução contratual.

25.3. É vedado à CONTRATADA divulgar, reproduzir, compartilhar, explorar ou utilizar, para qualquer finalidade alheia ao objeto contratual, tais informações, salvo mediante autorização expressa e formal da CONTRATANTE, sob pena de aplicação das sanções previstas em contrato, na legislação aplicável e demais medidas legais cabíveis.

25.4. O dever de confidencialidade permanecerá vigente mesmo após o término do contrato, por tempo indeterminado, enquanto as informações não forem tornadas públicas por meio oficial ou perderem, comprovadamente, o caráter sigiloso.

26. REAJUSTE

26.1. O preço dos itens registrado será fixado pelo período de vigência da Ata de Registro de Preços, salvo previsões normativas aplicáveis ao instrumento convocatório.

26.2. O reajuste pode ocorrer anualmente, sendo que para a primeira aplicação do índice de reajuste, será considerado como marco inicial o prazo de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura do contrato. Para reajustes subsequentes, caso o contrato seja prorrogado, o marco inicial será a data do último reajuste aplicado ou, na ausência deste, a data de assinatura da prorrogação.

26.3. O índice de reajuste será o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Na ausência do índice oficial IPCA ou na inexistência de previsão legal sobre seu substituto, as partes elegem, de comum acordo, um novo índice oficial que reflita adequadamente a variação de custos, com a devida formalização por termo aditivo contratual.

27. DISPOSIÇÕES GERAIS

27.1. Os casos omissos serão resolvidos conforme o Regulamento de Compras e Contratações e a legislação aplicável.

27.2. Considerando o elevado quantitativo de itens registrados e a abrangência nacional do fornecimento, inclusive em municípios interiorizados e de difícil acesso logístico, a Agência, com fundamento nos princípios do planejamento e da eficiência, opta por não admitir adesões posteriores à Ata de Registro de Preços. Tal medida visa resguardar a adequada gestão contratual, a capacidade operacional do fornecedor e o fiel cumprimento das obrigações originalmente pactuadas, evitando risco de descontinuidade, comprometimento dos prazos, desequilíbrio econômico-financeiro ou prejuízo à execução do objeto nos quantitativos estimados no procedimento licitatório.

27.3. Este Termo de Referência contém anexos que integram suas condições.

28. ANEXOS

28.1. **ANEXO I - QTD - Memória de Cálculo, Regiões e Itens.**

28.2. **ANEXO II - Descrição detalhada de EPI e Itens.**

28.3. **ANEXO III - Locais de Entrega.**

28.4. **ANEXO IV - Cronograma de Prazos.**

Brasília/DF, data da assinatura digital.

Elaborado:

Assinado eletronicamente

Núbia Silva Derossi

Coordenadora de Saúde e Segurança Ocupacional

De acordo:

Assinado eletronicamente

Lilian C. Santos

Gestora da Unidade de Gestão de Pessoas

Assinado eletronicamente
Williames Pimentel de Oliveira
Diretor de Operações



Documento assinado eletronicamente por **Nubia Silva Derossi, Coordenador(a) de Saúde e Segurança Ocupacional**, em 14/05/2026, às 16:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Lilian Aparecida Candida Dos Santos, Gestor(a) Executivo(a) - Unidade de Gestão de Pessoas**, em 14/05/2026, às 16:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
http://sei.agenciasus.org.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0,
informando o código verificador **0446848** e o código CRC **956B84BE**.

Referência: Processo nº AGSUS.004410/2025-96

SEI nº 0446848

GRUPO	REGIAO	EPI	QTD	
1	Norte - AM/RO	Avental PVC	12.750	DSEI
		Bone tipo Árabe	4.253	DSEI ALTO RIO NEGRO
		Bota de PVC	8.499	DSEI ALTO RIO SOLIMÕES
		Bota de Segurança	152	DSEI MANAUS
		Bota de segurança Eletricista	33	DSEI MEDIO RIO SOLIMÕES
		Bota Florestal	4.135	DSEI VALE DO JAVARI
		Botina - tipo B	8.388	
		Calça Motoserra	12	
		Calçado de Segurança	3.861	
		Camisa Eletricista Calça Eletricista	33	
		Capa de chuva	8.299	
		Capacete de Segurança	152	
		Capacete de Segurança Eletricista	33	
		Cinto de Segurança para Trabalho em altura	93	
		Luva de cobertura de Vaqueta	19	
		Luva de nitrílica	26.303	
		Luva de Vaqueta	880	
		Luva Isolante Classe 2	19	
		Luva pigmentada	812	
		Macacão de PVC Hidrorepelente	12.750	
		Óculos de Proteção sobreposição	8.299	
		Perneira	6.266	
		Protetor Auricular Concha	4.253	
		Protetor Auricular tipo plug	1.716	
		Respirador Semi-Facial PFF2	99.198	
		Vestimenta tipo blusão	12	
	Norte - AM/RO Total		211.220	
2	Norte - AM/RO	Avental PVC	10.751	DSEI
		Bone tipo Árabe	3.587	DSEI ALTO RIO JURUA
		Bota de PVC	7.167	DSEI ALTO RIO PURUS
		Bota de Segurança	69	DSEI MEDIO RIO PURUS
		Bota de segurança Eletricista	32	DSEI PARINTINS
		Bota Florestal	3.229	DSEI PORTO VELHO
		Botina - tipo B	6.816	DSEI VILHENA
		Calçado de Segurança	2.879	
		Camisa Eletricista Calça Eletricista	32	
		Capa de chuva	6.567	
		Capacete de Segurança	69	
		Capacete de Segurança Eletricista	32	
		Cinto de Segurança para Trabalho em altura	55	
		Luva de cobertura de Vaqueta	18	
		Luva de nitrílica	21.884	
		Luva de Vaqueta	391	
		Luva Isolante Classe 2	18	
		Luva pigmentada	391	
		Macacão de PVC Hidrorepelente	10.751	
		Óculos de Proteção sobreposição	6.567	
		Perneira	5.027	
		Protetor Auricular Concha	3.587	
		Protetor Auricular tipo plug	1.901	
		Respirador Semi-Facial PFF2	78.332	
	Norte - AM/RO Total		170.152	
3	Norte - PA/AP	Avental PVC	6.793	DSEI
		Bone tipo Árabe	2.267	DSEI ALTAMIRA
		Bota de PVC	4.530	DSEI AMAPA E NORTE DO PARA
		Bota de Segurança	63	DSEI GUAMA-TOCANTINS
		Bota de segurança Eletricista	21	DSEI KAIAPÓ DO PARA
		Bota Florestal	3.227	DSEI RIO TAPAJÓS
		Botina - tipo B	5.494	DSEI TOCANTINS
		Calçado de Segurança	3.056	
		Camisa Eletricista Calça Eletricista	21	
		Capa de chuva	5.407	
		Capacete de Segurança	63	
		Capacete de Segurança Eletricista	21	
		Cinto de Segurança para Trabalho em altura	46	
		Luva de cobertura de Vaqueta	11	
		Luva de nitrílica	13.936	
		Luva de Vaqueta	357	
		Luva Isolante Classe 2	11	
		Luva pigmentada	357	
		Macacão de PVC Hidrorepelente	6.793	
		Óculos de Proteção sobreposição	5.407	
		Perneira	4.364	
		Protetor Auricular Concha	2.267	

		Protetor Auricular tipo plug	1.884	
		Respirador Semi-Facial PFF2	64.491	
	Norte – PA/AP Total		130.887	
4	Norte – RR	Avental PVC	11.192	DSEI
		Bone tipo Arábe	3.656	DSEI LESTE RORAIMA
		Bota de PVC	7.310	DSEI PACARAIMA
		Bota de Segurança	378	DSEI YANOMAMI
		Bota de segurança Eletricista	72	
		Bota Florestal	3.948	
		Botina - tipo B	7.804	
		Calça Motoserra	37	
		Calçado de Segurança	3.998	
		Camisa Eletricista Calça Eletricista	72	
		Capa de chuva	8.104	
		Capacete de Segurança	288	
		Capacete de Segurança Eletricista	72	
		Cinto de Segurança para Trabalho em altura	166	
		Luva de cobertura de Vaqueta	37	
		Luva de nitrílica	23.864	
		Luva de Vaqueta	1.702	
		Luva Isolante Classe 2	37	
		Luva malha de aço	39	
		Luva pigmentada	2.021	
		Luva Térmica	39	
		Macacão de PVC Hidrorepelente	10.964	
		Óculos de Proteção sobreposição	8.027	
		Perneira	5.977	
		Protetor Auricular Concha	3.656	
		Protetor Auricular tipo plug	5.246	
		Respirador Semi-Facial PFF2	96.028	
		Vestimenta tipo blusão	37	
	Norte – RR Total		204.771	
5	Nordeste	Avental PVC	12.144	DSEI
		Bone tipo Arábe	4.051	DSEI ALAGOAS E SERGIPE
		Bota de PVC	8.096	DSEI BAHIA
		Bota de Segurança	107	DSEI CEARA
		Bota de segurança Eletricista	56	DSEI MARANHÃO
		Bota Florestal	4.430	DSEI PERNAMBUCO
		Botina - tipo B	8.481	DSEI POTIGUARA
		Calçado de Segurança	3.598	
		Camisa Eletricista Calça Eletricista	56	
		Capa de chuva	7.812	
		Capacete de Segurança	107	
		Capacete de Segurança Eletricista	56	
		Cinto de Segurança para Trabalho em altura	87	
		Luva de cobertura de Vaqueta	30	
		Luva de nitrílica	24.892	
		Luva de Vaqueta	611	
		Luva Isolante Classe 2	30	
		Luva pigmentada	611	
		Macacão de PVC Hidrorepelente	12.144	
		Óculos de Proteção sobreposição	7.812	
		Perneira	6.459	
		Protetor Auricular Concha	4.051	
		Protetor Auricular tipo plug	763	
		Respirador Semi-Facial PFF2	93.353	
	Nordeste Total		199.837	
6	Centro - Oeste e Distrito Federal	Avental PVC	13.420	DSEI
		Bone tipo Arábe	4.476	CASAI DF
		Bota de PVC	8.949	DSEI ARAGUAIA
		Bota de Segurança	106	DSEI CUIABA
		Bota de segurança Eletricista	32	DSEI KAIAPÓ DO MATO GROSSO
		Bota Florestal	3.708	DSEI MATO GROSSO DO SUL
		Botina - tipo B	8.184	DSEI TOCANTINS
		Calçado de Segurança	4.054	DSEI XAVANTE
		Camisa Eletricista Calça Eletricista	32	DSEI XINGU
		Capa de chuva	8.682	SAMU INDÍGENA
		Capacete de Segurança	106	
		Capacete de Segurança Eletricista	32	
		Cinto de Segurança para Trabalho em altura	74	
		Luva de cobertura de Vaqueta	17	
		Luva de nitrílica	27.444	
		Luva de Vaqueta	610	
		Luva Isolante Classe 2	17	
		Luva pigmentada	610	

		Macacão de PVC Hidrorepelente	13.420	
		Óculos de Proteção sobreposição	8.696	
		Perneira	5.949	
		Protetor Auricular Concha	4.476	
		Protetor Auricular tipo plug	1.638	
		Respirador Semi-Facial PFF2	103.876	
		Centro - Oeste e Distrito Federal Total	218.608	
7	Sudeste e Sul	Avental PVC	8.159	DSEI
		Bone tipo Árabe	2.722	CASAI SP
		Bota de PVC	5.441	DSEI INTERIOR SUL
		Bota de Segurança	62	DSEI LITORAL SUL
		Bota de segurança Eletricista	34	DSEI MINAS GERAIS E ESPIRITO SANTO
		Bota Florestal	2.721	
		Botina - tipo B	5.443	
		Calçado de Segurança	2.505	
		Camisa Eletricista Calça Eletricista	34	
		Capa de chuva	5.323	
		Capacete de Segurança	62	
		Capacete de Segurança Eletricista	34	
		Cinto de Segurança para Trabalho em altura	50	
		Luva de cobertura de Vaqueta	18	
		Luva de nitrílica	16.672	
		Luva de Vaqueta	356	
		Luva Isolante Classe 2	18	
		Luva pigmentada	356	
		Macacão de PVC Hidrorepelente	8.159	
		Óculos de Proteção sobreposição	5.323	
		Perneira	4.083	
		Protetor Auricular Concha	2.722	
		Protetor Auricular tipo plug	696	
		Respirador Semi-Facial PFF2	63.604	
		Sudeste e Sul Total	134.597	
	Total geral		1.270.072	










ITEM: COLETE SALVA VIDAS			
GRUPO	REGIAO	DSEI/CASAI	QTD
8	Norte - AM/RO/RR	DSEI ALTO RIO JURUA	85
		DSEI ALTO RIO NEGRO	85
		DSEI ALTO RIO PURUS	150
		DSEI ALTO RIO SOLIMÕES	150
		DSEI LESTE RORAIMA	120
		DSEI MANAUS	150
		DSEI MEDIO RIO PURUS	150
		DSEI MEDIO RIO SOLIMÕES E AFLUENTES	150
		DSEI PARINTINS	120
		DSEI PORTO VELHO	100
		DSEI VALE DO JAVARI	100
		DSEI VILHENA	50
	Norte - AM/RO/RR Total		1.410
9	Norte - PA/AP	DSEI ALTAMIRA	85
		DSEI AMAPA E NORTE DO PARA	102
		DSEI GUAMA-TOCANTINS	150
		DSEI KAIAPÓ DO PARA	50
		DSEI RIO TAPAJOS	150
		DSEI TOCANTINS	85
	Norte - PA/AP Total		622
10	Nacional - CO/NE/S/SE	DSEI ARAGUAIA	50
		DSEI CUIABA	150
		DSEI KAIAPÓ DO MATOGROSSO	50
		DSEI LITORAL SUL	30
		DSEI MARANHÃO	100
		DSEI MATO GROSSO DO SUL	150
		DSEI MINAS GERAIS E ESPIRITO SANTO	30
		DSEI PERNAMBUCO	100
		DSEI XINGU	100
	Nacional - CO/NE/S/SE Total		760
	Total geral		2.792

ITEM: PROTETOR SOLAR COM REPELENTE			
GRUPO	REGIAO	DSEI/CASAI	QTD
11	Norte - AM/RO	DSEI ALTO RIO JURUA	2.297
		DSEI ALTO RIO NEGRO	3.082
		DSEI ALTO RIO PURUS	1.934
		DSEI ALTO RIO SOLIMÕES	5.340
		DSEI MANAUS	3.233













12		DSEI MEDIO RIO PURUS	1.850
		DSEI MEDIO RIO SOLIMOEIS	2.932
		DSEI PARINTINS	1.956
		DSEI PORTO VELHO	2.803
		DSEI VALE DO JAVARI	1.983
		Norte - AM/RO Total	27.410
		Norte – PA/AP/RR	
		DSEI ALTAMIRA	1.497
		DSEI AMAPA E NORTE DO PARA	2.229
		DSEI GUAMA-TOCANTINS	3.483
		DSEI KAIAPO DO PARA	1.442
		DSEI LESTE RORAIMA	6.272
		DSEI PACARAIMA	127
		DSEI RIO TAPAJOS	2.136
		DSEI TOCANTINS	2.265
		DSEI YANOMAMI	9.786
		Norte – PA/AP/RR Total	29.237
	13	Litoral (NE/SE)	
		CASAI SP	234
		DSEI ALAGOAS E SERGIPE	1.395
		DSEI BAHIA	3.002
		DSEI CEARA	2.192
		DSEI LITORAL SUL	2.922
		DSEI MARANHAO	3.923
		DSEI MINAS GERAIS E ESPIRITO SANTO	2.685
		DSEI PERNAMBUCO	3.386
		DSEI POTIGUARA	1.699
		Litoral (NE/SE) Total	21.438
	14	Interior - (CO/S)	
		CASAI DF	250
		DSEI ARAGUAIA	1.087
		DSEI CUIABA	2.696
		DSEI INTERIOR SUL	4.787
		DSEI KAIAPO DO MATO GROSSO	1.260
		DSEI MATO GROSSO DO SUL	4.200
		DSEI VILHENA	2.252
		DSEI XAVANTE	3.537
		DSEI XINGU	2.005
		SAMU INDÍGENA	56
		Interior - (CO/S) Total	22.130
Total geral			100.215

MEMÓRIA DE CÁLCULO	
Avental PVC	1 unidade a cada 2 meses por trabalhador.
Bota Florestal	AVULSO
Bone tipo Árabe	1 unidade a cada 6 meses por trabalhador.
Bota de PVC	2 par a cada 6 meses por trabalhador.
Bota de Segurança	1 par a cada 6 meses por trabalhador.
Bota de segurança Eletricista	1 par a cada 6 meses por trabalhador.
Botina - tipo B	1 unidade a cada 6 meses por trabalhador.
Camisa Eletricista Calça Eletricista	1 unidade a cada 6 meses por trabalhador.
Calça Motoserra	1 conjunto a cada 6 meses por trabalhador
Calçado de Segurança	1 par a cada 6 meses por trabalhador.
Capa de chuva	1 unidade a cada 6 meses por trabalhador.
Capacete de Segurança	1 unidade a cada 6 meses por trabalhador.
Capacete de Segurança Eletricista	1 unidade a cada 6 meses por trabalhador.
Cinto de Segurança para Trabalho em altura	1 unidade ao ano por trabalhador.
Coletes salva-vidas Classe III	AVULSO
Luva de cobertura de Vaqueta	1 par ao ano.
Luva de nitrílica	1 pare ao mês por trabalhador.
Luva de Vaqueta	1 par ao mês por trabalhador.
Luva Isolante Classe 2	1 par ao ano.
Luva malha de aço	1 par ao ano.
Luva pigmentada	1 par ao mês por trabalhador.
Luva Térmica	1 par ao ano.
Macacão de PVC Hidrorepelente	1 unidade a cada 2 meses por trabalhador.
Óculos de Proteção sobreposição	1 unidade a cada 6 meses por trabalhador.
Perneira	1 unidade a cada 12 meses por trabalhador.
Protetor Auricular Concha	1 unidade a cada 6 meses por trabalhador.
Protetor Auricular Plug	1 unidade a cada 6 meses por trabalhador.
Protetor Solar com repelente	AVULSO - 1 embalagem a cada 3 meses por trabalhador.
Respirador Semi-Facial PFF2	2 unidades ao mês por trabalhador.
Vestimenta tipo blusão	1 conjunto a cada 6 meses por trabalhador

ANEXO II - Descrição detalhada de EPI e Itens

CATMAT	Código EPI	EPI/ITEM	Tamanho	Medida	Cor	Descrição	Foto
618293	EP001	Óculos de Proteção Sobreposição	NA	Unidade	Incolor	Óculos de segurança de sobrepor, com armação e visor confeccionados em uma única peça de policarbonato incolor, com tratamento anti-embaçante. Resistente a impactos, conforme normas técnicas aplicáveis, tendo CA válido.	
431868	EP002	Bota de Segurança Eletricista	34 a 44	Par	Preto	Calçado de segurança isolante elétrico, tipo botina, fechamento em elástico, confeccionado em material microfibra e/ou material têxtil, forro interno em não tecido, palmilha de montagem em não tecido resinado, palmilha interna removível, biqueira em material composto não metálico, solado em poliuretano bidensidade injetado diretamente ao cabedal, resistente à absorção de energia no calcanhar e à passagem de corrente elétrica. Em conformidade com as normas técnicas vigentes para calçados de uso elétrico, tendo CA válido.	
322303	EP003	Capacete de Proteção Eletricista	NA	Unidade	laranja	Capacete de segurança Tipo I, Classe G (Geral), com proteção contra choques elétricos, aba frontal, casco injetado em polietileno de alta densidade com nervura estrutural, fenda lateral para acoplagem de acessórios, suspensão em polietileno de baixa densidade fixada ao casco por seis pontos de encaixe, regulagem por dispositivo de pino, tira absorvente de suor e jugular em tecido sintético. Em conformidade com as normas técnicas aplicáveis, tendo CA válido.	
422452	EP004	Luva Isolante Classe 2	10	Par	Preto	Luva isolante confeccionada em borracha natural e/ou sintética. Comprimento mínimo de 410 mm. Classe 2, resistente a alta tensão de até 20.000V (17.000V de uso), Tipo II, cor preta. Em conformidade com as normas técnicas vigentes para equipamentos de proteção elétrica, tendo CA válido.	
618290	EP005	Protetor Auricular Plug	NA	Unidade	NA	Protetor auditivo tipo plug de três flanges, confeccionado em silicone atóxico e antialérgico, com ou sem cordão de conexão. Nível de atenuação mínimo de 16 dB(A). Em conformidade com as normas técnicas aplicáveis, tendo CA válido.	
627358	EP006	Bota de Segurança	34 a 44	Par	Preto	Calçado ocupacional tipo botina, com fechamento em elástico, cabedal confeccionado em couro curtido ao cromo na cor preta, palmilha de montagem em tecido não tecido resinado. Solado em poliuretano bidensidade com propriedades antiestáticas, injetado diretamente ao cabedal, biqueira de material polimérico para conformação. Em conformidade com as normas técnicas vigentes, tendo CA válido.	
607259	EP007	Botina Tipo B	34 a 44	Par	Preto	Calçado ocupacional de uso profissional tipo botina, fechamento em cadarço, cabedal confeccionado em couro curtido ao cromo, colarinho em material têxtil, forro da gáspes em não tecido, forro lateral em tecido, palmilha de montagem em não tecido pelo sistema strobe, biqueira de material polimérico para conformação, solado de poliuretano bidensidade antiderrapante injetado diretamente ao cabedal, resistente à absorção. Em conformidade com as normas técnicas vigentes, tendo CA válido.	
321796	EP008	Capacete de Proteção	NA	Unidade	Branco	Capacete de Segurança Tipo I Classe C aba frontal com casco injetado em polietileno de alta densidade. O casco possui a opção de uso invertido e é aprovado para Alta Temperatura (AT) e Baixa Temperatura (BT). O casco possui fendas laterais denominadas Slot para acoplagem de acessórios (abafadores de ruídos e protetores faciais).	
399972	EP009	Luva Nitrílica	M, G e GG	Par	Verde, Amarela e Azul	Luva de segurança para proteção das mãos contra agentes abrasivos, cortantes e perfurantes, agentes químicos (hidrocarbonetos saturados, bases inorgânicas, ácidos orgânicos, bases orgânicas, peróxidos e aldeídos), agentes biológicos e umidade proveniente de operações com água. Confeccionada em nitrilo. Em conformidade com as normas técnicas vigentes, tendo CA válido.	
486638	EP010	Luva Térmica	G	Par	NA	Luva de proteção térmica confeccionada em poliamida de alta qualidade, com revestimento duplo impermeabilizante e suporte nitrílico escovado para ambientes de baixa temperatura. Oferece resistência ao frio de até -30°C (conforme EN 511 ou norma equivalente) e proteção contra calor de contato de até 250°C (conforme EN 407 ou norma equivalente). Com boa aderência e conforto durante o uso, tendo CA válido.	
486885	EP011	Respirador PFF2	NA	Unidade	NA	Respirador purificador de ar, tipo peça semifacial filtrante para partículas, formato dobrável, sem válvula de exalação, classe de eficiência PFF2. Em conformidade com as normas técnicas vigentes. Deve possuir Certificado de Aprovação (CA) válido, tendo CA válido.	
459894	EP012	Bota de PVC	38 a 44	Par	Preto	Calçado ocupacional de uso profissional, tipo bota de PVC com cano longo, impermeável, constituição inteiramente polimérica, confeccionado em policloreto de vinila (PVC), com resistência química, sistema de absorção de energia no solado, resistência ao escorregamento. Em conformidade com as normas técnicas vigentes, tendo CA válido.	
384283	EP013	Protetor Auricular Concha	NA	Unidade	NA	Protetor auditivo tipo concha, constituído por duas conchas em material plástico rígido, com almofadas de espuma em suas laterais e interior, haste em plástico rígido almofadado com elemento metálico, mantendo as conchas seladas contra a região das orelhas. Nível de atenuação mínimo de 18 dB(A) (NRR), tendo CA válido.	
415527	EP014	Boné Tipo Árabe	NA	Unidade	NA	Capuz de segurança confeccionado em tecido de poliéster 100%, com aba frontal estruturada revestida com tecido de poliéster, elástico para ajuste traseiro, fecho em velcro para fechamento frontal e saia tipo árabe estendida até os ombros para proteção adicional, tendo CA válido.	
230744	EP015	Macacão PVC Hidrorrepelente	G e GG	Unidade	Amarelo ou Branco	Macacão de segurança aprovado para proteção contra agrotóxicos, com tratamento hidrorrepelente, mangas compridas com elástico no punho, capuz acoplado com ou sem aba, reforço em material sintético impermeável de poliamida nas pernas.	
621679	EP016	Avental de PVC	NA	Unidade	Branco e Transparente	Avental de segurança confeccionado em tecido de fios de poliéster revestidos de PVC em ambas as faces, com ilhoses e tiras de poliamida para ajuste ao corpo. Resistente à umidade e a respingos de produtos químicos, com tamanho mínimo de 1,10 x 0,63 tendo CA válido.	

ANEXO II - Descrição detalhada de EPI e Itens

CATMAT	Código EPI	EPI/ITEM	Tamanho	Medida	Cor	Descrição	Foto
602214	EP017	Calçado de Segurança	34 a 44	Par	NA	Calçado ocupacional de uso profissional tipo sapato fechado, confeccionado em EVA ou PVC, sola de borracha antiderrapante, resistente ao escorregamento em piso cerâmico com solução de detergente e piso de aço, com palmilha interna removível. Em conformidade com as normas técnicas vigentes, tendo CA válido.	
412781	EP018	Protetor Solar com repelente	60 FPS	Unidade	NA	Protetor solar com ação repelente de insetos, Fator de Proteção Solar (FPS) mínimo de 60. Com aplicação facial e corporal. Volume mínimo de 120 ml por unidade. Indicado para trabalhadores expostos ao sol, com fórmula que previne queimaduras solares e repelentes contendo icaridina. Deve possuir registro na ANVISA.	
430352	EP019	Cinto de Segurança para Trabalho em altura com cinta lombar	G e GG	Unidade	NA	Cinturão paraquedista/abdominal confeccionado em fitas de poliéster de largura mínima de 45mm. Pontos de engate para retenção de queda: 1 dorsal e 1 pectoral, ambos em meia argola de aço. Pontos de engate para posicionamento e restrição: 2 laterais em meia argola de aço para engate simultâneo. Ponto de engate na região umbilical em meia argola de aço para suspensão. Pontos nos ombros para engate em suspensão. Compatível com talabartes contra queda, talabartes de posicionamento e trava-quadras deslizante. Em conformidade com as normas técnicas vigentes para trabalho em altura, tendo CA válido.	
280827	EP020	Luva pigmentada	M, G e GG	Par	NA	Luva de segurança confeccionada em fibras sintéticas, revestimento da face palmar e ponta dos dedos em poliuretano (PU), punho com inserções de fibras elásticas e acabamento em fibras sintéticas. Aprovado contra agentes abrasivos, escoriantes, cortes e perfurantes, tendo CA válido.	
603259	EP021	Luva Vaqueta	G e GG	Par	NA	Luva de segurança confeccionada em couro vaqueta na palma e raspa no dorso, com elástico para ajuste no dorso. Indicada para proteção contra agentes abrasivos e cortantes em atividades de manutenção e operação, tendo CA válido.	
320633	EP022	Vestimenta tipo blusão	G e GG	Unidade	NA	Blusão de segurança para operador de motosserra, confeccionado em poliéster, com camadas internas em tela de poliéster de alta tenacidade nos ombros e braços (membros superiores), com mínimo de 12 camadas. Em conformidade com as normas técnicas vigentes para proteção em atividades com motosserra, tendo CA válido.	
349482	EP030	Calça Motosserra	G e GG	Unidade	NA	Calça de segurança para proteção contra agentes mecânicos em atividades com motosserra, confeccionada em 100% poliéster, com estrutura de no mínimo 10 camadas, sendo 1 camada externa resistente à abrasão, 8 camadas internas de alta tenacidade para proteção contra corte e 1 camada de forro interno para conforto. Confeccionada com linhas de poliéster de alta resistência, sem elementos retrorrefletivos, tendo CA válido.	
418455	EP023	Camisa Eletricista Calça Eletricista	G e GG	Unidade	NA	Vestimenta para eletricista composta por camisa e calça, confeccionadas em tecido com propriedade antichamas. Devem possuir Certificado de Aprovação (CA) válido, em conformidade com os requisitos da NR-10 e normas técnicas vigentes para proteção contra arco elétrico e chamas.	
							
626909	EP024	Capa de Chuva	G e GG	Unidade	Amarela	Capa de chuva confeccionada em PVC com forro de poliéster, mangas longas, capuz, costuras por solda eletrônica e fechamento frontal. Resistente à impermeabilidade e ao uso em ambientes úmidos, tendo CA válido	
622700	EP025	Bota Florestal	20	38 a 44	Par	Calçado de segurança de uso profissional, tipo D – bota de cano longo (até o joelho), cabedal em couro hidrofugado com proteção frontal na canela, taloneira em cor contrastante, forro em material não tecido, fechamento em fecho-éclair, palmilha de montagem em material não tecido pelo sistema strobel, palmilha interna em material têxtil e polimérico, soldado à base de poliuretano monodensidade, com biqueira de aço. Em conformidade com as normas técnicas vigentes para atividades florestais, tendo CA válido.	
619370	EP026	Luva de Cobertura em Vaqueta	GG	Par	NA	Luva de segurança confeccionada em couro vaqueta, com reforço externo em vaqueta entre o polegar e o indicador, punho em raspa com comprimento mínimo de 30 cm, tendo CA válido.	
342888	EP027	Luva de Malha de Aço	GG	Par	NA	Luva de segurança confeccionada em malha de aço inoxidável, para proteção das mãos contra cortes e perfurações. Em conformidade com as normas técnicas vigentes para proteção contra agentes cortantes, tendo CA válido.	
618364	EP028	Perneira	NA	Par	NA	Perneira de proteção confeccionada em material laminado sintético composto por PVC, costurada eletronicamente, contendo talas longitudinais em polietileno e metatarso em material sintético para proteção adicional, tendo CA válido.	
SUGESTÃO DE EPIS DESLOCAMENTO AÉRO E FLUVIAL							
CATMAT	Código EPI	EPI/ITEM	Tamanho	Medida	Cor	Descrição	Foto
301231	EP029	Colete Salva Vidas Classe III	G e GG	Unidade	Laranja	Colete salva vidas homologado Classe III, fabricado em tecido 100% poliéster de alta resistência, com dobra larga nos ombros para conforto ergonômico, passante na cintura para ajuste ao corpo, laço para pescoço e acompanhado de apito de resgate em conformidade com normas internacionais aplicáveis (EN ISO 12402-8 ou equivalente). Deve possuir homologação pela autoridade marítima competente.	

DSEI_SEDE	SIGLA	COD_DSEI	LOCALIZAÇÃO DA SEDE
Alagoas E Sergipe	ALSE	257023	Maceió - AL
Altamira	ATM	257042	Altamira - PA
Alto Rio Juruá	ARJ	257021	Cruzeiro Do Sul - AC
Alto Rio Negro	ARN	257024	São Gabriela Da Cachoeira - AM
Alto Rio Purus	ARP	257022	Rio Branco - AC
Alto Rio Solimões	ARS	257025	Tabatinga - AM
Amapá E Norte Do Pará	AMP	257031	Macapá - AP
Araguaia	ARA	257037	São Felix Do Araguaia - MT
Bahia	BA	257032	Salvador - BA
Ceará	CE	257033	Fortaleza - CE
Cuiabá	CGB	257039	Cuabá - MT
Guama Tocantins	GUATO	257043	Belém - PA
Interior Sul	ISUL	257053	Florianópolis - SC
Kayapó Mato Grosso	KMT	257038	Colíder - MT
Kaiapó Do Pará	KPA	257044	Redenção - PA
Leste De Roraima	LRR	257051	Boa Vista - RR
Litoral Sul	LSUL	257048	Curitiba - PR
Manaus	MAO	257027	Manaus - AM
Maranhão	MA	257034	São Luiz - MA
Mato Grosso Do Sul	MS	257036	Campo Grande - MS
Médio Rio Purus	MRP	257028	Lábrea - AM
Médio Rio Solimões E Afluentes	MRSA	257029	Tefé - AM
Minas Gerais E Espírito Santos	MGES	257035	Governador Valadares - MG
Parintins	PIN	257030	Parintins - AM
Pernambuco	PE	257047	Recife - PE
Porto Velho	PVH	257049	Porto Velho - RO
Potiguara	POT	257046	João Pessoa - PB
Rio Tapajós	RT	257045	Itaituba - PA
Tocantins	TO	257054	Palmas - TO
Vale Do Javari	VJ	257026	Atalaia Do Norte - AM
Vilhena	VIL	257050	Cacoal - RO
Xavante	XAVANTE	257040	Barra Do Garças - MT
Xingu	XINGU	257041	Canarana - MT
Yanomami	YANOMAMI	257052	Boa Vista - RR
CASAI - São Paulo	CASAI		São Paulo
CASAI - Brasília	CASAI		Brasília
SEDE - AGSUS	SEDE		Brasília

GRUPO		CRONOGRAMA
Região / Eixo Logístico		Prazo de Entrega
G1 e G4 (AM, RO)		60 a 75 dias corridos
G2, G3 e G5 (PA, AP, RR)		45 a 60 dias corridos
G6 e G7 (Sul, SE, CO, NE)		30 a 45 dias corridos
G8 (AM, RO, RR)		60 a 75 dias corridos
G9 (PA, AP)		45 a 60 dias corridos
G10 (CO, NE, S, SE)		30 a 45 dias corridos
G11 (AM, RO)		60 a 75 dias corridos
G12 (PA, AP, RR)		45 a 60 dias corridos
G13 (NE, SE)		30 a 45 dias corridos
G14 (CO, S)		30 a 45 dias corridos

Anexo V – Modelo de Proposta

Pregão Eletrônico nº 90021/2026

Processo nº AGSUS.004410/2025-96

IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA

CNPJ:	
Endereço:	
Telefone:	
Dados Bancários:	
Nome do Representante Legal:	
E-mail do Representante Legal:	
Nome da testemunha que assinará o contrato junto com o representante legal	
E-mail da testemunha:	
Data da proposta:	

DESCRIÇÃO DA PROPOSTA

Grupo	Item	Descrição	Qtd	Marca/ Fabricante	Modelo	Valor Unitário	Valor Total
	Valor total da proposta						

DECLARAÇÕES

- a) **DECLARAMOS QUE:** A validade da proposta é de **60 (sessenta) dias** contados a partir da data da efetiva abertura das propostas.
- b) **DECLARAMOS QUE:** Nos valores constantes desta proposta estão compreendidos lucro, encargos sociais, taxas e seguros, fretes e quaisquer despesas de responsabilidade do proponente, que direta ou indiretamente, decorram da execução do objeto, não cabendo a proponente qualquer reclamação posterior.
- c) **DECLARAMOS QUE:** Sob nenhuma hipótese serão feitas quaisquer cobranças adicionais ou sob quaisquer outras denominações.
- d) **DECLARAMOS QUE:** Os sócios da entidade proponente não são cônjuges/companheiros ou possuem grau de parentesco de 1º, 2º ou 3º graus com os empregados da AgSUS;
- e) **DECLARAMOS QUE:** Esta proponente não emprega trabalho forçado ou análogo ao escravo, degradante ou indigno;
- f) **DECLARAMOS QUE:** Garantimos o fornecimento do objeto, e estamos de acordo com os Termos e Condições da AgSUS, inclusive no que diz respeito às condições de pagamento.

Brasília/DF, _____ de _____ de 2026.

Assinatura do Representante Legal da Empresa Licitante

Nome legível

Carimbo da Empresa

TIMBRE DA EMPRESA

ANEXO VI

DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES DO CERTAME

À AGÊNCIA BRASILEIRA DE APOIO À GESTÃO DO SUS - AgSUS

A/C: PREGOEIRO(A) / EQUIPE DE APOIO

Pregão Eletrônico nº 90021/2026

Processo nº AGSUS.004410/2025-96

A Empresa _____, com sede na cidade de _____, à (rua, avenida etc.) n.º _____, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º _____, neste ato representada por _____, abaixo assinado, inscrito no CPF sob o n.º _____, DECLARA QUE:

I) Examinou cuidadosamente o Edital, inteira-se de todos os seus detalhes, concorda com eles, aceita todos os seus termos e condições e a eles desde já se submete.

II) Todas as dúvidas ou questionamentos formulados foram devidamente esclarecidos, bem como recebeu todos os elementos e informações necessários ao cumprimento das obrigações objeto da licitação.

III) Nos valores constantes da proposta estão incluídas todas as despesas decorrentes da execução do objeto, tais como equipamentos, materiais, mão de obra, custos diretos e indiretos, despesas com encargos sociais, previdenciários, trabalhistas, inclusive vantagens decorrentes de acordos, convenções ou dissídios coletivos, seguros, taxas, tributos e contribuições de qualquer natureza, salários, auxílios alimentação, transporte e quaisquer outros encargos necessários à perfeita execução do objeto.

IV) A signatária não se encontra suspensa de licitar ou contratar com entidades do Sistema S e/ou com a Administração Pública.

V) Tem pleno conhecimento e concordância com todos os termos e condições estabelecidos no instrumento convocatório, incluindo as obrigações da empresa contratada, estando ciente das sanções administrativas decorrentes do descumprimento de quaisquer cláusulas do contrato a ser firmado com a AgSUS.

VI) Possuir, no ato da contratação e durante toda a vigência do contrato a ser firmado com a AgSUS, pessoal qualificado, instalações físicas e equipamentos necessários e disponíveis para o cumprimento do objeto do instrumento convocatório.

Brasília/DF, _____ de _____ de 2026.

Assinatura do Representante Legal da Empresa Licitante

Nome legível

Carimbo da Empresa

TIMBRE DA EMPRESA

ANEXO VII

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL

À AGÊNCIA BRASILEIRA DE APOIO À GESTÃO DO SUS - AgSUS

A/C: PREGOEIRO(A) / EQUIPE DE APOIO

Pregão Eletrônico nº 90021/2026

Processo nº AGSUS.004410/2025-96

A Empresa _____, com sede na
cidade de _____, à (rua, avenida etc.) n.º
_____, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º
_____, neste ato representada por
_____, abaixo assinado, inscrito no CPF sob o nº
_____, DECLARA para os devidos fins e efeitos de direito, sob as penas da lei, que:

- a) Compromete-se a não adotar práticas de trabalho análogo ao de escravo e a rejeitar qualquer forma de exploração de pessoas em condições degradantes no cumprimento da presente licitação/contratação;
- b) Compromete-se a não empregar crianças e adolescentes em situação ilegal, observando integralmente a legislação aplicável;
- c) Não emprega menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos da Lei nº 10.097/2000 e da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT);
- d) Não empregará adolescentes até 18 (dezoito) anos em locais ou atividades prejudiciais à sua formação e desenvolvimento físico, psíquico, moral e social, nem em serviços perigosos ou insalubres, em horários que impeçam a frequência escolar, ou em período noturno (das 22h às 5h).

Por ser expressão da verdade, assumo inteira responsabilidade pela declaração ora prestada, sob as penas da lei.

Brasília/DF, _____ de _____ de 2026.

Assinatura do Representante Legal da Empresa Licitante

Nome legível

Carimbo da Empresa

TIMBRE DA EMPRESA

ANEXO VIII

DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

**À AGÊNCIA BRASILEIRA DE APOIO À GESTÃO DO SUS - AgSUS
A/C: PREGOEIRO(A) / EQUIPE DE APOIO**

Pregão Eletrônico nº 90021/2026

Processo nº AGSUS.004410/2025-96

Declaramos, sob as penas da lei, que a empresa _____,
inscrita no CNPJ nº _____, não foi declarada inidônea pela Administração
Pública, nem por qualquer entidade do Sistema S, e não está suspensa ou impedida de licitar ou contratar
com a Administração Pública, entidades do Sistema S ou demais entes contratantes, não havendo
qualquer fato que desabone sua reputação.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente declaração.

Brasília/DF, _____ de _____ de 2026.

Assinatura do Representante Legal da Empresa Licitante

Nome legível

Carimbo da Empresa

TIMBRE DA EMPRESA

ANEXO IX

DECLARAÇÃO DE QUE A EMPRESA NÃO POSSUI EM SEU QUADRO DE SÓCIOS EMPREGADO DA AgSUS OU SERVIDOR PÚBLICO DA ATIVA NO MINISTÉRIO DA SAÚDE

À AGÊNCIA BRASILEIRA DE APOIO À GESTÃO DO SUS - AgSUS

A/C: PREGOEIRO(A) / EQUIPE DE APOIO

Pregão Eletrônico nº 90021/2026

Processo nº AGSUS.004410/2025-96

A Empresa _____, com sede na cidade de _____, à (rua, avenida etc.) n.º _____, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º _____, neste ato representada por _____, abaixo assinado, inscrito no CPF sob o n.º _____, DECLARA para os devidos fins e efeitos de direito, sob as penas da lei, que não possui em seu quadro societário:

- I. Empregados da AgSUS, membros da Diretoria Executiva, do Conselho de Deliberação e do Conselho Fiscal, ou pessoas que tenham sido desligadas no período de 01 (um) ano anterior ao processo de seleção do fornecedor;
- II. Servidor público ou detentor de cargo em comissão ou função comissionada ou gratificada, no âmbito do Ministério da Saúde;
- III. Parentes consanguíneos ou afins até o 3º grau de quaisquer pessoas elencadas nos itens anteriores;
- IV. Familiares de empregado da AgSUS, que exerça cargo de direção na agência, ou cujas atribuições estejam relacionadas à área responsável pela contratação, bem como os agentes previstos no inciso II acima;

Declara, ainda, que:

- V. Não está apenada com suspensão ou impedimento do direito de contratar pela AgSUS, ou no âmbito da Administração Pública, tampouco proibida de celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;
- VI. Possui representação legal no Brasil, com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- VII. Não se encontra em processo de falência, concurso de credores, insolvência,

TIMBRE DA EMPRESA

dissolução ou liquidação;

VIII. Não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz; e

IX. Zelará pela imagem e integridade da AgSUS, conforme estabelecido nas normas de integridade aplicáveis.

Brasília/DF, _____ de _____ de 2026.

Assinatura do Representante Legal da Empresa Licitante

Nome legível

Carimbo da Empresa

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 00/2026

Processo nº AGSUS.004410/2025-96

* MINUTA DE DOCUMENTO

ANEXO IX
PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90010/2026

Validade da Ata: 12 meses

A **AGÊNCIA BRASILEIRA DE APOIO À GESTÃO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – AGSUS**, nos termos da Lei nº 13.958/19, com a alteração da Lei nº 14.621, de 14 de julho de 2023 e do Decreto nº 11.790, de 20 de novembro de 2023, serviço social autônomo, na forma de pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, com sede no SEPN CRN 514 Bloco D - Plano Piloto, Brasília - DF, 70750-525, inscrita no CNPJ sob o nº 37.318.510/0001-11, representada pelo Diretor-Presidente, ANDRÉ LONGO ARAÚJO DE MELO, designado por meio do Decreto do dia 24 de novembro de 2023, publicado no Diário Oficial da União nº 224 de 27 de novembro de 2023, seção 2, página 1, e a [DIGITE AQUI O NOME DA EMPRESA], inscrita no CNPJ/MF sob o nº [digite aqui o CNPJ], estabelecida na [digite aqui o endereço completo da empresa], neste ato representada pelo [digite aqui o nome], [nacionalidade], [estado civil], [profissão], portador da Carteira de Identidade nº [digite aqui o número com a Unidade da Federação] e do CPF nº [digite aqui o número], cuja proposta foi classificada em primeiro lugar no item XX do certame.

CONSIDERANDO a classificação das propostas apresentadas no Pregão Eletrônico para Registro de Preços 90010/2026 em epígrafe, **ITEM XX** conforme Ata publicada em XX/XX/2026, homologada pela autoridade competente,

FIRMAM REGISTRO DE PREÇOS para a eventual contratação dos itens a seguir elencados, conforme Cláusulas abaixo e especificações do Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante desta.

1. **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1. A presente Ata tem por objeto o o Registro de Preços para a eventual contratação de empresas especializadas no fornecimento de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), em âmbito nacional, organizados em **14 (quatorze) Grupos Regionais**, destinados aos profissionais da Agência Brasileira de Apoio ao SUS - AgSUS., conforme especificações técnicas constantes neste Termo de Referência e seus anexos, resultante do Pregão 90021/2026, item XX, conforme especificações e condições constantes no Edital e anexos.

1.2. Itens registrados – Da especificação e do quantitativo a ser fornecido:

Grupo	Item	Descrição do Item (Objeto)	Marca/Modelo	Estados de Entrega	Quantidade	Unidade
	1		XXXXXXX	XXXXXXXXXX	XXX	
	2		XXXXXXX	XXXXXXXXXX	XXX	
	3		XXXXXXX	XXXXXXXXXX	XXX	
	4		XXXXXXX	XXXXXXXXXX	XXX	

1.3. Este instrumento não obriga a CONTRATANTE a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao fornecedor registrado a preferência, em igualdade de condições.

2. **CLÁUSULA SEGUNDA – DA RELAÇÃO DOS FORNECEDORES BENEFICIÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS**

2.1. Em decorrência das propostas e lances apresentados e homologados no certame licitatório, ficam registrados, para contratações futuras, os preços unitários e respectivos fornecedores classificados, conforme Relação dos Fornecedoros Beneficiários do Registro de Preços, Anexo I desta Ata.

3. **CLÁUSULA TERCEIRA – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

3.1. Não será permitida a adesão à ata de registro de preços na condição de não participantes.

3.2. A eventual execução deste Registro de Preços se dará, para a primeira parcela, a partir da assinatura de Contrato.

3.3. A execução das demais parcelas poderá se dar a partir da emissão de Autorização de Fornecimento,.

4. **CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA**

4.1. A vigência da Ata de Registro de Preço será de 12 meses contados da data da sua assinatura.

4.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários.

5. **CLÁUSULA QUINTA - DA FORMALIZAÇÃO DA ATA**

5.1. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada por intermédio de instrumento contratual, ordem de fornecimento, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 59 do Regulamento de Compras.

5.3. O instrumento contratual de que trata o item 5.2 deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.4. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 62 e seguintes do Regulamento de Compras.

5.5. Após a homologação da licitação deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.5.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

5.5.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.6. Após a assinatura da ata, o licitante mais bem classificado será convocado para assinar o instrumento contratual, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas no Regulamento de Compras e Contratações da AgSUS

5.7. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.8. Quando o convocado não assinar o contrato no prazo e nas condições estabelecidos no edital, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.9. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.5.3, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a AgSUS, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

5.9.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.9.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.10. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a AgSUS a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. CLÁUSULA SEXTA – DA REVISÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados.

6.2. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.3. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a AgSUS convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.2. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.3. Se não obtiver êxito nas negociações, a AgSUS procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual.

7.5. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.6. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória e a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.7. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pela AgSUS e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro.

7.8. Se não obtiver êxito nas negociações, a AgSUS procederá ao cancelamento da ata de registro de preços e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.9. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, a AgSUS atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

8. CLÁUSULA OITAVA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

8.1. O registro do fornecedor será cancelado quando o fornecedor:

8.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

8.1.2. Não retirar a ordem de serviço, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela AgSUS sem justificativa razoável;

8.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado;

8.2. O cancelamento de registros será formalizado pela AgSUS, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

8.3. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, desde que devidamente comprovadas e justificadas, nas seguintes hipóteses:

8.3.1. Por razão de interesse da AgSUS;

8.3.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

8.3.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado se tornar superior ao preço registrado.

9. CLÁUSULA NONA – DO PREÇO

9.1. O preço consignado no contrato será o registrado nesta Ata, conforme registrado no resultado do Pregão Eletrônico:

Item	Descrição do Item (Objeto)	Marca/Modelo	Estados de Entrega	Quantidade	Valor Unitário	Val
1		XXXXXXX	XXXXXXXXXX	XXX	R\$ XXXXX	R\$
2		XXXXXXX	XXXXXXXXXX	XXX	R\$ XXXXX	R\$
3		XXXXXXX	XXXXXXXXXX	XXX	R\$ XXXXX	R\$
4		XXXXXXX	XXXXXXXXXX	XXX	R\$ XXXXX	R\$
					VALOR TOTAL	R\$

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR BENEFICIÁRIO

10.1. Os fornecedores detentores dos preços registrados deverão cumprir o compromisso firmado por intermédio do presente instrumento e cumprir, integralmente, todas as cláusulas e condições constantes dos contratos ou instrumentos equivalentes porventura firmados, sob pena de revogação da presente Ata de Registro de Preços, sem prejuízo das aplicações das penalidades cabíveis.

11. **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO RECEBIMENTO E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO**
- 11.1. Os serviços serão recebidos na forma do Termo de Referência, Anexo I do Edital.
12. **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO PAGAMENTO**
- 12.1. O pagamento dar-se-á na forma do edital e do Termo de Referência, Anexo I do Edital.
13. **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS PENALIDADES**
- 13.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital e no Regulamento de Compras e Contratações da AgSUS.
14. **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**
- 14.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da AgSUS e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.
- 14.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem.
15. **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO**
- 15.1. Fica eleito o foro da Seção Judiciária da Justiça Federal de Brasília/DF para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Contrato, com exclusão de qualquer outro.

E, para firmeza e prova de assim haverem, entre si, ajustado e acordado, após ter sido lido juntamente com seu(s) anexo(s), o presente Contrato é assinado eletronicamente pelas partes.

ANDRÉ LONGO ARAÚJO DE MELO Diretor-Presidente - Contratante Agência Brasileira de Apoio à Gestão do SUS	XXXXXXXXXXXXXXXXXX Representante legal - Contratada Empresa
--	--

CONTRATO Nº 00/2026

Processo nº AGSUS.004410/2025-96

* MINUTA DE DOCUMENTO

CONTRATO, QUE FAZEM ENTRE SI A AGÊNCIA BRASILEIRA DE APOIO À GESTÃO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (AGSUS) E A XXXXXXXXXXXXX

I. A AGÊNCIA BRASILEIRA DE APOIO À GESTÃO DO SUS - AgSUS, nos termos da Lei nº 13.958/19, com a alteração da Lei nº 14.621, de 14 de julho de 2023 e do Decreto nº 11.790, de 20 de novembro de 2023, serviço social autônomo, na forma de pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, com sede no SEP/CRN 514 Bloco D - Plano Piloto, Brasília - DF, 70750-525, inscrita no CNPJ sob o nº 37.318.510/0001-11, representada pelo Diretor-Presidente, **ANDRÉ LONGO ARAÚJO DE MELO**, designado por meio do Decreto do dia 24 de novembro de 2023, publicado no Diário Oficial da União nº 224 de 27 de novembro de 2023, seção 2, página 1, doravante denominada como **CONTRATANTE**.

II. A empresa **XXXXXXXX**, inscrita no CNPJ sob o nº **XX.XXX.XXX/XX-XX**, com sede na **XXXXXXXXXXXX / XX- CEP: XX.XXX-XXX**, neste ato representado por seu representante legal, **XXXXXXXXXXXXXXXXXX**, portador do CPF nº **XXXXXXXXXX**, doravante designada como **CONTRATADA**.

RESOLVEM, de comum acordo, e na melhor forma de direito, celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico xxxx/2026, em conformidade com as disposições da Resolução CDA nº 23 de 2025, especificamente o art. 4º, inciso II, alínea "a", mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O Objeto da presente licitação é o Registro de Preços para a eventual contratação de empresas especializadas no fornecimento de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), em âmbito nacional, organizados em **14 (quatorze) Grupos Regionais**, destinados aos profissionais da Agência Brasileira de Apoio ao SUS - AgSUS.

1.2. O Termo de Referência, a Proposta Comercial da CONTRATADA e os demais documentos e anexos vinculados ao processo em comento, fazem parte integrante deste contrato, independentemente de transcrição, cujo teor as partes se obrigam e declaram ter pleno conhecimento.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

2.1. O presente contrato terá duração de 12 (doze) meses a partir da data de assinatura, podendo ser prorrogado mediante avaliação da necessidade, eficiência e oportunidade da contratação, mediante concordância das partes, demonstrando-se a continuidade benéfica para a Contratante.

2.2. A prorrogação, quando cabível, poderá ser formalizada por termo aditivo ou por apostilamento, conforme a natureza do ajuste e o disposto no Regulamento de Compras e Contratações da AgSUS, mediante:

- apresentação de relatório de fiscalização que ateste a regularidade na prestação dos serviços contratados;
- seja juntada justificativa, por escrito, de que a AgSUS mantém interesse na continuidade do serviço;
- seja comprovado que o valor do contrato permanece economicamente vantajoso para a AgSUS;
- manifestação expressa da CONTRATADA demonstrando interesse na prorrogação;
- confirmação de que a CONTRATADA mantém as condições de habilitação inicialmente estabelecidas.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR

3.1. O valor estimado total objeto do presente contrato é de R\$ **XX.XX,XX (XXXXX XXXXX)**.

GRUPO	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QTD.	VALOR UNITÁRIO
VALOR TOTAL DO GRUPO						

3.2. Já estão incluídos nos valores descritos no caput desta cláusula todos os custos, diretos e indiretos, envolvidos na execução dos serviços, tais como mão-de-obra, fiscalização, seguros, frete, impostos, taxas, tributos, incidências fiscais e contribuições de qualquer natureza ou espécie, trabalhistas, previdenciárias, salários, despesas operacionais e demais encargos indispensáveis ao perfeito cumprimento das obrigações decorrentes deste contrato.

3.3. Os pagamentos devidos à CONTRATADA serão realizados exclusivamente com base nos itens efetivamente solicitados pela Contratante, entregues/prestados e devidamente atestados pelos(as) Fiscais do Contrato.

3.4. Caso a contratada realize a entrega do objeto de forma parcelada, a nota fiscal deverá corresponder exclusivamente ao quantitativo entregue. As entregas sem nota fiscal não serão aceitas. O quantitativo não entregue deverá ser registrado em uma nova nota fiscal, a ser emitida posteriormente, para os itens restantes.

4. CLÁUSULA QUARTA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

4.1. O pagamento poderá ser realizado por meio de boleto ou depósito/transferência em conta bancária de titularidade da CONTRATADA, no prazo de até 15 (quinze) dias, contados a partir da aceitação do recibo, nota fiscal, fatura ou boleto, devidamente atestado pelo fiscal deste contrato, devendo conter o detalhamento dos serviços executados.

4.2. A CONTRATADA encaminhará a Nota Fiscal ou documento fiscal, discriminando todas as importâncias devidas, com descritivo detalhado e correspondente aos serviços efetivamente, a serem encaminhadas por e-mail à CONTRATANTE, mediante confirmação de recebimento.

4.3. Caso a CONTRATADA não emita Nota Fiscal Eletrônica, deverá encaminhar o respectivo documento fiscal específico, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis.

4.4. Caso a contratada realize a entrega dos itens objeto deste contrato de forma parcelada, a nota fiscal deverá corresponder exclusivamente ao quantitativo entregue/prestado. Não serão aceitas notas fiscais de itens não entregues/prestados. O quantitativo não entregue deverá ser registrado em uma nova nota fiscal, emitida posteriormente, para os itens restantes.

4.5. Havendo erro na nota fiscal/boleto ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o documento será devolvido à CONTRATADA e o pagamento ficará suspenso, enquanto pendente de saneamento, reiniciando-se o prazo, sem qualquer ônus à CONTRATANTE.

4.6. Não poderá ser cobrada nenhuma taxa, valor ou custo extraordinário da AgSUS ou de seus beneficiários, a qualquer título ou sob qualquer pretexto.

Parágrafo único: Os pagamentos estão condicionados à entrega e ao aceite dos serviços pela AgSUS. Somente após o aceite é que se inicia o prazo para processamento do pagamento.

5. **CLÁUSULA QUINTA – DA ORIGEM DOS RECURSOS**

5.1. Os recursos necessários de que trata este instrumento, possuem disponibilidade/adequação orçamentária e correrão à conta do Orçamento da AgSUS conforme programação e destinação pela Unidade de Orçamento, classificada como:

Centro de Custo: XXXXXX

Plano Financeiro: XXXXXX

6. **CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

6.1. A **CONTRATANTE** obriga-se a:

- a) efetuar o pagamento à CONTRATADA, de acordo com o prazo ora estabelecido
- b) exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com a Requisição de Proposta Comercial, as cláusulas e condições contratuais e os termos de sua proposta.
- c) expedir as comunicações dirigidas à CONTRATADA e exigir, a qualquer tempo, que seja refeito/entregue qualquer serviço/objeto que julgar insuficientes, inadequados ou em desconformidade com o solicitado.
- d) exercer o acompanhamento e a fiscalização do objeto deste contrato, por funcionário ou comissão especialmente designados, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.
- e) notificar a CONTRATADA, por escrito, da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução deste contrato, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas.
- f) participar de forma ativa na supervisão, acompanhamento e controle de qualidade.
- g) prestar todas as informações necessárias à CONTRATADA, pertinentes à execução do objeto do contrato
- h) devolver com a devida justificativa qualquer item fora dos padrões e normas constantes neste contrato.
- i) os fiscais deverão se apresentar formalmente à **CONTRATADA**, por meio de comunicação por escrito, no prazo máximo de 3 (três) dias após sua designação e/ou contados a partir da assinatura do contrato.

7. **CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

7.1. A **CONTRATADA** obriga-se a cumprir e fazer cumprir o disposto:

- a) executar os serviços conforme todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta comercial, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os profissionais, equipamentos, infraestrutura e serviços necessários e outros que sejam conexos, na qualidade e quantidade mínimas para a perfeita execução do objeto deste contrato.
- b) reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os itens deste contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos serviços empregados.
- c) responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à CONTRATANTE, devendo ressarcir imediatamente à CONTRATANTE.
- d) comunicar ao fiscal do contrato, imediatamente, qualquer ocorrência anormal com relação à prestação dos serviços ou produto.
- e) comunicar a CONTRATANTE no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- f) disponibilizar profissionais com qualificação técnica e treinamento adequado à plena execução do objeto do contrato.
- g) indicar à CONTRATANTE, por escrito, no prazo de até 03 (três) dias, o preposto ou pessoa responsável pelas tratativas entre a Contratante e a Contratada, que deverá responder pela fiel execução do contrato;
- h) assumir inteira responsabilidade pelos atos praticados por seus empregados, prepostos ou contratados quando na execução do contrato, obrigando-se a ressarcir eventuais danos ou prejuízos provocados por eles.
- i) assumir, em relação a todos seus empregados, a exclusiva responsabilidade por toda a remuneração, bem como pelo cumprimento integral da legislação aplicável, em especial a trabalhista e previdenciária, além das demais obrigações legais decorrentes da relação de emprego.
- j) vedar a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
- k) assumir integral responsabilidade por eventuais multas fiscais decorrentes de imperfeições na execução ou atraso nos serviços contratados.
- l) tomar as medidas corretivas cabíveis, tão logo seja notificada de alguma falha.
- m) não transferir a terceiros, por qualquer forma, ainda que parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer serviço a qual está obrigada, por forma de contrato, sem prévia anuência da CONTRATANTE.
- n) submeter previamente, por escrito, à CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças, que fujam às especificações do escopo previamente pactuado.
- o) manter durante toda a execução do Contrato, equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para prestação dos serviços.
- p) manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na seleção de fornecedores;
- q) não veicular nenhuma publicidade acerca do contrato ou imagem da instituição, salvo se houver prévia autorização da AgSUS.

8. **CLÁUSULA OITAVA – DO REAJUSTE**

8.1. Em caso de prorrogação do contrato, para a primeira aplicação do índice de reajuste, considerar-se-á como marco inicial para a contagem do prazo de 12 (doze) meses, a data da proposta que subsidiou o valor do contrato. Para as demais aplicações, a data de referência será a data do último reajuste.

8.2. Na ausência do índice IPCA e não havendo previsão legal quanto ao seu substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente

8.3. Os reajustes serão precedidos de solicitação expressa pela CONTRATADA, acompanhada de demonstração analítica/memória de cálculo, que comprove a variação dos custos.

8.4. Quando da solicitação, para fazer jus deste reajuste, somente poderá ser concedido mediante autorização por parte da CONTRATANTE, formalizado por meio de termo aditivo ou apostilamento.

8.5. Os reajustes a que a CONTRATADA não solicitar durante a vigência do contrato, serão objeto de preclusão com a assinatura da prorrogação contratual ou com o encerramento do contrato.

9. **CLÁUSULA NONA – DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO E GESTÃO CONTRATUAL**

9.1. A forma de execução, critérios de aceitação do objeto, exigências, requisitos, atribuições, prazos, local de prestação dos serviços, observações e outros deverão estar em conformidade com o Edital, seus anexos e proposta comercial da Contratada, que é parte integrante deste contrato.

9.2. Qualquer tratativa ou dúvida deverá ser direcionada aos Fiscais de Contrato designados pela CONTRATANTE.

9.3. Qualquer ajuste ou alteração de datas ou cronograma de execução deverá ser acordado

9.4. por escrito entre as partes e autorizada pela CONTRATANTE.

9.5. Todas as comunicações referentes ao presente Contrato serão efetuadas por escrito, por meio de carta protocolada, correio ou correio eletrônico ("e-mail"), todos com aviso de recebimento.

10. **CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA CONTRATUAL**

10.1. A CONTRATADA para execução do objeto desta Seleção de Fornecedores, prestará, em até 05 (cinco) dias úteis da data de convocação para assinatura do contrato, garantia fixada em 5% (cinco por cento) do valor do Contrato, em favor da CONTRATANTE, nos termos do art. 65 do Regulamento de Compras e Contratações da AgSUS, podendo a CONTRATADA optar por uma das modalidades de garantia previstas no diploma legal:

I - **Caução em dinheiro;**

II - **Seguro-garantia;**

III - **Fiança bancária.**

10.2. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação das sanções administrativas previstas no contrato e poderá ensejar a rescisão contratual.

10.3. A garantia prestada pela contratada será liberada ou restituída após a execução do contrato, devendo ser atualizada monetariamente na hipótese da caução em dinheiro.

10.4. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

I - prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

II - prejuízos diretos causados à Agência decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato; e

III - multas moratórias e punitivas aplicadas à CONTRATADA

10.5. Para a apresentação de garantia, deve ser observado que:

10.6. A carta de fiança bancária deverá constar expressa renúncia, pelo fiador, aos benefícios do artigo 827 do Código Civil (Lei nº 10.406/2002); ser concedida nos termos e condições autorizadas pelo Banco Central do Brasil; ser concedida pelo valor integral exigido para a fiança; estabelecer prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas para cumprimento; ser irrevogável, salvo no caso de substituição por outra modalidade de garantia; a caução em dinheiro deverá ser depositada em conta bancária de titularidade da Agência Brasileira de Apoio à Gestão do SUS, a ser informada oportunamente ao(s) licitante(s) vencedor(es);

10.7. A Apólice de seguro-garantia deve garantir o pagamento de quaisquer das multas contratuais previstas.

10.8. A garantia terá o seu valor atualizado anualmente pelo Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo - IPCA, fornecido pelo IBGE, e somente será liberada após o término do Contrato, em até 10 (dez) dias úteis, e com a comprovação inequívoca do pagamento de todos os encargos trabalhistas e previdenciários, por parte da CONTRATADA, mediante cópias autenticadas de todos os documentos exigidos pela legislação, referente aos empregados da CONTRATADA vinculados ao Contrato durante a sua execução.

10.9. Sempre que necessário poderá ocorrer a atualização da garantia, assim como sua complementação.

10.10. As demais informações sobre a garantia estão previstas no Termo de Referência e no Contrato a ser assinado com a CONTRATADA.

11. **CLÁUSULA DÉCIMA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (PENALIDADES)**

11.1. Sem prejuízo da rescisão unilateral do contrato e das responsabilidades civil e penal cabíveis, a CONTRATANTE poderá aplicar à CONTRATADA, nos casos de inexecução total ou parcial do contrato, as seguintes sanções, assegurados o contraditório e a ampla defesa:

I - advertência;

II - multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor da parcela inadimplida, nos casos de inexecução parcial, atraso, inadimplemento ou infração contratual;

III - multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor global do contrato, quando caracterizada a inexecução total ou a recusa no cumprimento das obrigações;

IV - suspensão do direito de participar de seleção de fornecedores e impedimento de contratar com a AGSUS, pelo prazo de até 2 (dois) anos;

V - solicitação aos órgãos competentes para declaração de inidoneidade;

VI - perda da garantia contratual, inclusive execução da caução ou demais garantias prestadas.

11.2. Será aplicada a penalidade de impedimento de contratar com a AGSUS, pelo prazo de até 2 (dois) anos, nos casos de:

I - apresentação de documentação falsa;

II - comportamento inidôneo;

III - descumprimento das obrigações contratuais;

IV - prática de atos ilícitos no âmbito da execução do contrato.

11.3. A CONTRATADA terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para apresentação de defesa prévia, contados da notificação.

- 11.4. As sanções previstas nesta cláusula poderão ser aplicadas cumulativamente, conforme a gravidade da infração.
- 11.5. O processo de aplicação de penalidades será instaurado pela autoridade competente, mediante provocação do fiscal do contrato, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- 11.6. Em caso de risco iminente, a CONTRATANTE poderá, de forma motivada, adotar medidas cautelares, sem prévia manifestação da CONTRATADA.

12. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO

12.1. O inadimplemento total ou parcial injustificado, a execução deficiente, irregular ou inadequada na prestação dos serviços, ensejará a CONTRATANTE o direito à rescisão do contrato, sem prejuízo de outras penalidades previstas no Regulamento de Compras e Contratações da AgSUS, em especial por:

- a) subcontratação, cessão ou transferência total ou parcial, sem prévia anuência ou autorização escrita da CONTRATANTE.
- b) declaração de falência e recuperação judicial da CONTRATADA, assim como a instauração de insolvência civil ou dissolução da sociedade.
- c) quebra do sigilo profissional.
- d) utilização, em benefício próprio ou de terceiros, de informações não divulgadas ao público e às quais tenham acesso por força de suas atribuições contratuais, contrariando condições estabelecidas.
- e) interrupção da prestação dos serviços, sem justa causa ou sem autorização da CONTRATANTE.
- f) ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.

Parágrafo primeiro - Com exceção do item “g” supra, as demais hipóteses deverão ser precedidas de notificação, na forma definida na Cláusula DAS PENALIDADES.

Parágrafo segundo - O presente instrumento poderá ainda ser rescindido a qualquer tempo pela AgSUS, com antecedência mínima de até 30 (trinta) dias, cabendo o pagamento do valor correspondente ao objeto já executado e ainda não remunerado.

Parágrafo terceiro - Em caso de risco iminente, a AgSUS poderá motivadamente adotar providências acauteladoras, sem prévia manifestação da CONTRATADA.

13. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – COMPLIANCE E ANTICORRUPÇÃO

13.1. As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992) e a Lei Anticorrupção (Lei nº 12.846/2013) e a Lei contra Lavagem de Dinheiro 9.613/1998, se comprometem a cumpri-las fielmente, por si e por seus sócios, administradores e colaboradores, bem como exigir o seu cumprimento pelos terceiros por elas contratados.

13.2. As Partes declaram que manterão até o final da vigência deste contrato conduta ética e máximo profissionalismo na execução do objeto do presente instrumento.

13.3. A CONTRATADA se obriga a, no exercício dos direitos e obrigações previstos neste contrato:

- a) não dar, oferecer ou prometer qualquer bem de valor ou vantagem de qualquer natureza a agentes públicos ou a pessoas a eles relacionadas ou ainda quaisquer outras pessoas, empresas e/ou entidades privadas, com o objetivo de obter vantagem indevida, influenciar ato ou decisão ou direcionar negócios ilícitamente;
- b) adotar as melhores práticas de monitoramento e verificação do cumprimento das leis anticorrupção, com o objetivo de prevenir atos de corrupção, fraude, práticas ilícitas ou lavagem de dinheiro por seus sócios, administradores, colaboradores e/ou terceiros por elas contratados;
- c) não utilizar práticas de discriminação negativa, e limitativas ao acesso na relação de emprego ou a sua manutenção, tais como, mas não se limitando a, motivos de: sexo, origem, raça, cor, condição física, religião, estado civil, idade, situação familiar ou estado gravídico
- d) obedecer e garantir que a prestação de serviços se dará de acordo com todas as normas internas da AgSUS;
- e) zelar pelo bom nome comercial da AgSUS a abster-se ou omitir-se da prática de atos que possam prejudicar a reputação da AgSUS. Em caso de uso indevido do nome da AgSUS, ou de qualquer outro nome, marca, termo ou expressão vinculados direta ou indiretamente à AgSUS, responderá a CONTRATADA pelas perdas e danos daí decorrentes;
- f) participar de todos e quaisquer treinamentos eventualmente oferecidos pela AgSUS que sejam relativos a qualquer aspecto que consta da lei anticorrupção ou políticas internas da AgSUS, bem como aqueles relativos ao Código de Ética e Conduta desta; e
- g) proteger e preservar o meio ambiente, bem como a prevenir e erradicar práticas danosas ao meio ambiente, executando seus serviços em observância à legislação vigente no que tange à Política Nacional do Meio Ambiente e dos Crimes Ambientais, bem como dos atos legais, normativos e administrativos relativos à área ambiental e correlatas, emanados das esferas Federal, Estaduais e Municipais.

13.4. A CONTRATADA declara que não esteve envolvida com qualquer alegação de crime de lavagem de dinheiro, delito financeiro, financiamento de atividades ilícitas ou atos contra a Administração Pública, corrupção, fraude em licitações ou suborno.

13.5. A CONTRATADA concorda em notificar prontamente a AgSUS, caso tome conhecimento de que algum pagamento impróprio tenha sido realizado, direta ou indiretamente, por um de seus colaboradores ou terceiros por esta CONTRATADA.

13.6. A comprovada violação de qualquer das obrigações previstas nesta cláusula é causa para a rescisão unilateral motivada deste contrato, independentemente de qualquer notificação, sem prejuízo da cobrança das perdas e danos causados à parte inocente e das demais penalidades previstas no presente instrumento.

14. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS E SIGILOSAS

14.1. Durante a vigência deste contrato e pelo período adicional de 5 (cinco) anos após o seu término, à CONTRATADA se compromete a manter em segredo e sigilo e a não transmitir a ninguém as informações confidenciais que tomar conhecimento nem as que receber diretamente da AgSUS, bem como a não usar as informações confidenciais para outra finalidade que não a mencionada no Objeto, sendo vedada a divulgação, distribuição ou disseminação a terceiros.

14.2. Define-se por “informações confidenciais” toda e qualquer informação revelada, fornecida ou comunicada, verbalmente ou por escrito, pela AgSUS, com o propósito exclusivo para qual foram divulgadas tais como informações técnicas, financeiras, comerciais, modelos, nomes de clientes de fato ou potenciais, propostas, projetos, relatórios, planejamento, fatos, métodos operacionais, diagramas e planilhas, dados, análises, escritos, compilações, comparações, projeções, estudos ou toda e qualquer informação tangível ou intangível de natureza sigilosa, preparada ou usada pela AgSUS, por seus sócios, associados, colaboradores, parceiros, prestadores de serviços ou empregados.

14.3. Na hipótese de a AgSUS tolerar eventual descumprimento da obrigação e/ou disposições legais, não aplicando a CONTRATADA qualquer sanção, isso não constituirá inovação ou renúncia de direitos, nem precedentes a serem futuramente invocados pela CONTRATADA, sendo considerada tal tolerância como mera liberalidade.

14.4. Caso seja infringido o disposto na presente cláusula, a AgSUS deverá comunicar previamente à CONTRATADA para prestar esclarecimentos, no prazo de 15 (quinze) dias. Caso seja apurada a culpa da CONTRATADA, este(s) responderá(ão) pelas perdas e danos que o evento der causa.

14.5. As obrigações previstas nesta cláusula, não serão aplicadas às informações que:

- a) por ocasião de sua revelação sejam comprovadamente de domínio público;

- b) venham a se tornar de conhecimento público, através dos meios de comunicação, sem a participação da CONTRATADA;
- c) ao tempo de sua revelação, já sejam, comprovadamente, de conhecimento da CONTRATADA e não tenham sido obtidas da AgSUS, direta ou indiretamente; e
- d) sejam obtidas legalmente de terceiros e sobre as quais nem a CONTRATADA, nem qualquer terceiro estejam obrigados a manter sigilo.

14.6. Fica estipulado que a CONTRATADA poderá revelar as informações sem o consentimento da AgSUS, quando forem solicitadas por força de mandado judicial, válida, somente até a extensão de tais ordens, contanto que a CONTRATADA tenha notificado a existência de tal ordem, previamente e por escrito à AgSUS, dando a esta, na medida do possível, tempo hábil para pleitear medidas de proteção que julgar cabíveis.

14.7. As Partes informarão aos seus funcionários, prestadores de serviços e consultores que necessitam ter acesso às informações e conhecimentos que envolvem o objeto do contrato, acerca das obrigações de sigilo assumidas, responsabilizar-se integralmente por eventuais infrações que estes possam cometer.

15. **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS**

15.1. A **CONTRATADA**, por si e por seus colaboradores, obriga-se, sempre que aplicável, a atuar no presente contrato em conformidade com a Legislação vigente sobre proteção de dados relativos a uma pessoa física identificada ou identificável e as determinações de órgãos reguladores/fiscalizadores sobre a matéria, em especial a Lei 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados), além das demais normas e políticas de proteção de dados de cada país onde houver qualquer tipo de tratamento dos Dados da CONTRATANTE, o que inclui os Dados de terceiros a ela vinculados.

15.2. A vigência deste contrato e pelo período adicional de 5 (cinco) anos após o seu término, a CONTRATADA se compromete a manter em segredo e sigilo e a não transmitir a ninguém as informações confidenciais que tomar conhecimento nem as que receber diretamente da AgSUS, bem como a não usar as informações confidenciais para outra finalidade que não a mencionada no Objeto, sendo vedada a divulgação, distribuição ou disseminação a terceiros.

15.3. A CONTRATADA seguirá as instruções recebidas da CONTRATANTE em relação ao tratamento dos Dados Pessoais, além de observar e cumprir as normas legais vigentes aplicáveis, devendo a CONTRATADA garantir sua licitude e idoneidade, sob pena de arcar com as perdas e danos que eventualmente possa causar, sem prejuízo das demais sanções aplicáveis.

15.4. A CONTRATADA deverá corrigir, completar, excluir e/ou bloquear os Dados Pessoais, caso seja solicitado pela CONTRATANTE.

15.5. Fica assegurado à CONTRATANTE, nos termos da lei, o direito de regresso em face da CONTRATADA diante de eventuais danos causados por esta, em decorrência do descumprimento das obrigações aqui assumidas em relação à Proteção dos Dados.

15.6. As Partes obrigam-se mutuamente a observar as leis, regulamentos e melhores práticas acerca da segurança, confidencialidade e proteção dos Dados Pessoais, em especial as disposições da Lei no 13.709/2018 – Lei Geral da Proteção de Dados Pessoais (“LGPD”) para a proteção dos dados pessoais de pessoas físicas identificadas ou identificáveis (“Dados Pessoais”) e a preservação da privacidade dos respectivos titulares.

15.7. A CONTRATADA poderá solicitar, por escrito, autorização expressa da CONTRATANTE para subcontratar, total ou parcialmente, outras entidades para a execução dos serviços previstos neste contrato (“Subcontratados”). A autorização deverá ser anexada aos autos do processo e será concedida exclusivamente quando considerada estritamente necessária para o cumprimento das finalidades deste contrato, não gerando custos adicionais para a CONTRATANTE.

15.8. Os Subcontratados estarão igualmente sujeitos ao devido cumprimento das finalidades previstas neste contrato. A CONTRATADA será a única responsável pela sua escolha e pela atuação desses no presente contrato, obrigando-se a garantir que os Subcontratados cumprirão o disposto na LGPD e devendo tal obrigação constar nos contratos escritos que a CONTRATADA celebre com os Subcontratados.

15.9. A CONTRATADA será responsável pelos prejuízos e danos eventualmente causados à terceiros ou à CONTRATANTE, por ela ou pelos seus Subcontratados, conforme previsão dos arts. 12 e 14 do Código de Defesa do Consumidor, observados os limites previstos neste contrato.

15.10. A CONTRATANTE deverá emitir aceites individuais para que a CONTRATADA realize transferências internacionais de Dados Pessoais para a única e exclusiva intenção de cumprir com as finalidades previstas neste contrato, restando vedadas quaisquer transferências transfronteiriças que possuam finalidades distintas.

16. **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO USO DAS MARCAS**

16.1. Fica desde já convencionado entre as Partes que não poderão usar, autorizar o uso, sublicenciar ou de qualquer forma dispor das marcas como referência, sem o seu consentimento escrito; sendo que qualquer autorização recebida nesse sentido será entendida restritiva e exclusivamente para aquela finalidade determinada, no qual deverá estar expressa e anexada nos autos do processo.

16.2. O uso das marcas, mesmo que expressamente autorizadas pela AgSUS, deverão respeitar os padrões pré-estabelecidos e o respectivo layout deverá ser previamente aprovado.

16.3. Com o término deste instrumento, por qualquer hipótese, a CONTRATADA deverá imediatamente, independente de qualquer aviso ou notificação, se abster de utilizar as marcas ou quaisquer materiais licenciados que tenham sido autorizados em virtude deste instrumento.

17. **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**

17.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais do contrato, representantes da AgSUS, especialmente designados para este fim.

17.2. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática.

17.3. Durante a execução do objeto, o fiscal deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

17.4. O fiscal anotará em registro próprio (Relatório de Fiscalização), todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como determinar medidas necessárias ao fiel cumprimento do objeto do contrato, como a regularização das faltas, defeitos ou incorreções observadas.

17.5. Ao final de cada período de faturamento, o fiscal do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à Contratada, registrando em relatório a ser encaminhado à AgSUS.

17.6. O fiscal deverá comunicar formalmente à CONTRATADA quaisquer irregularidades verificadas na execução do contrato, assegurando-lhe prazo razoável para adoção das medidas corretivas necessárias.

17.7. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

17.8. O fiscal do contrato informará ao gestor imediato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

17.9. Manter-se atualizado sobre todas as alterações do contrato sob sua gerência, inclusive dos termos aditivos e apostilamentos.

17.10. Realizar todas as tarefas relacionadas ao controle de prazos, acompanhamento de pagamento, verificação do cumprimento das obrigações fiscais, trabalhistas, previdenciárias e fundiárias (se for o caso), gestão de documentos, documentação relativa ao reajuste de preços, solicitação da formalização de termos aditivos e apostilamentos, e acompanhamento de garantias e glosas (se for o caso).

- 17.11. O fiscal do contrato comunicará ao gestor imediato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.
- 17.12. O fiscal poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.
- 17.13. Realizar a aferição financeira, que deverá confrontar os preços e as quantidades constantes do recibo/nota fiscal/fatura/boleto com aqueles fixados no contrato, bem como as medições dos serviços nas datas estabelecidas, que devem ocorrer sempre antes de atestar o documento fiscal.
- 17.14. Observar e assegurar o cumprimento de todas as disposições aplicáveis previstas na Requisição de Proposta Comercial e em outros documentos relacionados que integram este contrato, bem como outras obrigações que sejam necessárias à fiel execução do objeto, ainda que não especificadas expressamente neste instrumento.

Parágrafo único – A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais.

18. **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA INEXISTÊNCIA DE VÍNCULO**

- 18.1. Este contrato não constituirá vínculo trabalhista de qualquer natureza, inclusive empregatício, entre os empregados ou outros colaboradores da **CONTRATADA** com a **CONTRATANTE**, sendo a **CONTRATADA** a única e exclusiva responsável pelo pagamento dos encargos fiscais, comerciais, sociais, trabalhistas e previdenciários decorrentes da execução contratual.

19. **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS ALTERAÇÕES DO CONTRATO**

- 19.1. As condições estipuladas neste contrato, e seus anexos e documentos complementares, poderão ser alterados por intermédio de termo aditivo ou apostilamento, mediante proposição de qualquer uma das partes consensuada entre elas.
- 19.2. A proposta de alteração, devidamente justificada, deverá ser apresentada por escrito, dentro da vigência do instrumento.
- 19.3. É vedado o aditamento do presente contrato com o intuito de alterar o seu objeto, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade do agente que o praticou.
- 19.4. As alterações deverão seguir o Regulamento de Compras e Contratações da AgSUS (Resolução CDA nº 23 de 2025), especialmente observados os artigos nº 62 e nº 63.

20. **CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DOS CASOS OMISSOS**

- 20.1. Os contratos a serem firmados pela AgSUS regulam-se pelo Regulamento de Compras e Contratações da AgSUS e supletivamente pelas normas do Código Civil, além das cláusulas e condições expressas nos respectivos atos convocatórios.

21. **CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO FORO**

- 21.1. As Partes elegem o foro do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT), para dirimir quaisquer questões oriundas do presente contrato, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.
- 21.2. E, para firmeza e prova de assim haverem, entre si, ajustado e acordado, o presente Contrato é assinado eletronicamente pelas partes.

<div>ANDRÉ LONGO ARAÚJO DE MELO</div> <div>Diretor Presidente - Contratante</div> <div>Decreto de 24 de novembro de 2023</div>	<div>XXXXXXXXX</div> <div>Representante Legal - Contratada</div>
--	--